



RENOVA ENERGIA S.A.

Companhia aberta

CNPJ/MF 08.534.605/0001-74

NIRE 35.300.358.295

Senhores acionistas da Renova Energia S.A. ("Companhia" ou "Renova"), em atenção à Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada ("ICVM 481/09"), submetemos à apreciação de V. Sas. a presente Proposta da Administração ("Proposta") para as matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária que se realizará no dia 30 de abril de 2015, às 11:00 horas, na Avenida Roque Petroni Júnior, nº 999, 4º andar, Vila Gertrudes, CEP 04707-910, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("AGOE").

Esta Proposta, em conjunto com os documentos da Administração pertinentes, nos termos da legislação aplicável, encontra-se disponível para consulta na sede da Companhia, na página de Relações com Investidores da Companhia (www.renovaenergia.com.br) e nas páginas da CVM (www.cvm.gov.br) e BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br).

Seguem abaixo as informações e documentos da Administração relacionados à AGOE:

Em Assembleia Geral Ordinária:

1. *Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e aprovar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.*

Conforme Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 04 de março de 2015, a administração da Companhia submete à apreciação dos acionistas o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras da Companhia e Notas Explicativas, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014, publicadas em 05 de março de 2015, nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo e Valor Econômico, na forma da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

Os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência, em atendimento ao artigo 9º da ICVM 481/09 seguem nos termos do Anexo I à presente Proposta.

2. *Deliberar sobre a proposta de destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.*

As informações do Anexo 9-1-II da ICVM 481/09 estão contempladas no Anexo II à presente Proposta.

3. *Fixar a remuneração anual global dos administradores para o exercício social de 2015.*

A Administração da Companhia propõe que a remuneração global dos administradores para o exercício social de 2015 seja de até R\$11.518.536,84 (onze milhões, quinhentos e dezoito mil, quinhentos e trinta e seis reais e oitenta e quatro centavos), sendo todo este valor utilizado para a remuneração dos membros da Diretoria. Os membros do Conselho de Administração não serão remunerados.

Nos termos do artigo 12, II, da ICVM 481/09, as informações indicadas no item 13 do Formulário de Referência estão contempladas no Anexo III à presente Proposta.

Em Assembleia Geral Extraordinária:

1. *Alterar a composição do Conselho de Administração da Companhia, tendo em vista a renúncia de determinados membros, bem como a indicação de novo Presidente do Conselho de Administração.*

Dentre as alterações na composição do Conselho de Administração, a Administração propõe:

- (i) Apreciar a renúncia do Sr. Evandro Leite Vasconcelos como membro efetivo indicado pela Light Energia S.A., permanecendo vago um dos cargos de membro efetivo por ela indicados;
- (ii) Apreciar a renúncia do Sr. Luiz Fernando Rolla e, em sua substituição, eleger o Sr. Evandro Vasconcelos, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da cédula de identidade nº 29657 CREA/MG, inscrito no CPF/MF nº 251.704.146-68, residente e domiciliado na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Barbacena, nº 1.200, 18º andar, Santo Agostinho, CEP 30190-131, como membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia indicado pela Cemig Geração e Transmissão S.A.;
- (iii) Apreciar a renúncia do Sr. Gilberto José Cardoso e, em sua substituição, eleger o Sr. Marcelo Pereira de Carvalho, brasileiro, solteiro, economista, portador da cédula de identidade RG nº MG-4645215 SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 720.444.116-87, residente e domiciliado na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Barbacena, nº 1.200, 9º andar, Santo Agostinho, CEP 30190-131, como suplente do Conselho de Administração da Companhia indicado pela Cemig Geração e Transmissão S.A.;
- (iv) Apreciar a renúncia do Sr. Douglas Braga Ferraz de Oliveira Xavier e, em sua substituição, eleger o Sr. Fellipe Fernandes Goulart dos Santos, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº MG 7 409327 – SSP/MG, inscrito no CPF/MF nº 013.455.476-09, residente e domiciliado na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, Avenida Barbacena, nº 1.200, 15º andar, Bloco 1, Santo Agostinho, CEP 30190-131, como membro suplente do Conselho de Administração da Companhia indicado pela Cemig Geração e Transmissão S.A.;

- (v) Apreciar a renúncia do Sr. Mauricio José Palmieri Orlandi e, em sua substituição, eleger o Sr. Thiago Montenegro Henry, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 36.848.269-8 SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº 330.127.548-65, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Avenida Roque Petroni Junior, nº 1089, 11ª andar, sala 1101, Jardim das Acácias, CEP 04707-000, como membro suplente do Conselho de Administração da Companhia indicado pela RR Participações S.A.;

A Administração propõe, ainda, que o Sr. Evandro Leite Vasconcelos seja nomeado a Presidência do Conselho de Administração em substituição do Sr. Ricardo Lopes Delneri. Desta forma, o Sr. Ricardo Lopes Delneri permanecerá como membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia.

Em decorrência das alterações acima o Conselho de Administração da Companhia passará a ser composto da seguinte forma:

EFETIVO	SUPLENTE	INDICAÇÃO
Evandro Leite Vasconcelos (Presidente do Conselho de Administração)	Fellipe Fernandes Goulart dos Santos	Cemig Geração e Transmissão S.A.
Fernando Henrique Schuffner Neto	Marcelo Pereira de Carvalho	Cemig Geração e Transmissão S.A.
Ricardo Lopes Delneri	Thiago Montenegro Henry	RR Participações S.A.
Renato do Amaral Figueiredo	Daniel Teruo Famano	RR Participações S.A.
Cargo Vago	Tiago de Sousa Guedes	Light Energia S.A.
André Rocha Mahmoud	Ana Silvia Corso Matte	Light Energia S.A.
Geoffrey David Cleaver	Carlos José Teixeira Correa	Conselheiros Independentes
Rodrigo Matos Huet de Bacellar	Ana Paula de Souza Soares	Conselheiros Independentes
Silvio Claudio Peixoto de Camargo	Peter Edward Cortes Marsden Wilson	Conselheiros Independentes

Para mais informações sobre os membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração acima indicados, vide documentos constantes do Anexo IV à presente Proposta (itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência).

São Paulo, 30 de março de 2015.

Ricardo Lopes Delneri
Presidente do Conselho de Administração

ANEXO I

COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

10. Comentários dos Diretores

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia.

Todas as informações prestadas neste item são com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2013 e 2014.

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia atua em um setor de capital intensivo e sua geração de caixa operacional, proveniente de projetos atualmente em operação, e consequentes dividendos pagos pelas Sociedades de propósito específico (“SPEs”) operacionais para a controladora Renova Energia S.A., não são suficientes para a execução de seus investimentos em novos ativos de geração com energia contratada nos mercados regulado e livre.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro 2012, 2013 e 2014, a receita operacional líquida da Companhia foi de R\$115,6 milhões e R\$226,0 milhões e R\$302,9 milhões, respectivamente, sendo que desde o terceiro trimestre de 2012, a receita passou a ser composta também pela receita dos parques eólicos da Companhia, em adição a receita das pequenas centrais hidrelétricas.

Para fazer frente aos investimentos necessários na construção e implantação dos novos ativos de geração, a Companhia utiliza operações de financiamento de longo prazo na modalidade *Project Finance*. Nesta modalidade, o volume de financiamento é dimensionado de acordo com o fluxo de receitas provenientes de contratos de venda de energia de longo prazo, adotando índices de cobertura de serviço da dívida adequados à capacidade de pagamento destes investimentos. Os financiamentos do BNDES da linha FINEM, destinados à construção de ativos de energia por fonte eólica, por exemplo, exigem um índice de cobertura de serviço da dívida mínimo de 1,3 durante o prazo total do financiamento (o índice de cobertura é calculado a partir da divisão da geração de caixa do ano somada ao saldo final do caixa do ano anterior pelo serviço da dívida, que é composto pela amortização do principal e pagamento de juros no ano). Ou seja, o financiamento é dimensionado para que possa ser servido integralmente pela geração de caixa do próprio ativo de geração. Consequentemente, este tipo de financiamento tipicamente varia entre 60% e 75% do total do investimento.

Para complementar a geração de caixa operacional e os financiamentos na modalidade *Project Finance* para o investimento nos projetos de geração de energia, a Companhia buscou recursos da seguinte forma:

- (i) 2012: (a) emissão de debêntures no valor de R\$301,8 milhões, liquidada em 11 de outubro de 2012 e (b) aumento de capital para investimento da BNDESPAR no valor de R\$314,7 milhões, homologado pelo Conselho de Administração da Companhia em 02 de outubro de 2012;

(ii) 2013: (a) emissão de empréstimos pontes junto ao BNDES no valor de R\$600,0 milhões; (b) emissão de notas promissórias com o Itaú no valor de R\$400,0 milhões. Esses empréstimos serão quitados na data de desembolso do contrato de financiamento de longo prazo, que será assinado entre a Companhia e o BNDES oportunamente; e (c) contratação de financiamento junto à Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, no valor de até R\$108,0 milhões, que foi assinado, porém ainda não foi desembolsado em 2013;

(iii) 2014: (a) aprovação de empréstimo de longo prazo no BNDES para o Alto Sertão II e desembolso parcial do mesmo; (ii) emissão de debênture de infraestrutura na Renova Eólica, subholding da Companhia, no valor de R\$146,0 milhões, sendo que R\$73,0 milhões foram desembolsados em 2014 e R\$73,0 milhões em 2015 e (iii) emissão de debênture na holding no valor de R\$500,0 milhões em substituição a antiga debênture e (iv) empréstimo ponte junto ao BNDES para o Alto Sertão III, do qual R\$215,0 milhões já foram liberados.

Em 31 de dezembro de 2014, a dívida líquida total da Companhia era de R\$2.759,1 milhões, ao passo que atingiu R\$2.257,7 milhões em 2013 e R\$895,4 milhões em 2012, nas datas de encerramento dos respectivos exercícios sociais. A relação dívida líquida/patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012 foi de 1,10, 2,26 e 0,90, respectivamente.

O índice de liquidez corrente (passivo circulante dividido pelo ativo circulante) em 31 de dezembro de 2014 era de 0,75 (3,13 em dezembro de 2013 e 0,55 em dezembro de 2012).

Desta forma, considerando as informações acima, a Diretoria da Companhia entende que a Companhia, levando em consideração o estágio de desenvolvimento de seus projetos, apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para fazer frente ao seu plano de negócios.

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas:

A Diretoria entende que a atual estrutura de capital da Companhia apresenta níveis de alavancagem satisfatórios, em linha com a prática de mercado e de acordo com o grau de desenvolvimento da Companhia.

O setor de geração de energia requer uso intensivo de capital. Os investimentos são tipicamente viabilizados pela existência de contratos de venda de energia de longo prazo que permitem relativa previsibilidade das receitas futuras, condição fundamental para que uma parcela importante do investimento possa ser financiada também no longo prazo por terceiros. Notadamente a modalidade de *Project Finance* permite que a Companhia financie tipicamente de 60% a 75% de seus investimentos, o que explica a estrutura de capital ter uma parcela maior formada por capital de terceiros.

Fontes de recursos para investimentos (em R\$ mil)	31 de dezembro de 2014	AV %	31 de dezembro de 2013	AV %	31 de dezembro de 2012	AV %
Capital de terceiros¹	2.845.692	53,1%	2.390.256	72,8%	1.503.522	60,3%
Capital próprio²	2.509.532	46,9%	1.000.600	27,2%	991.397	39,7%
Total	5.355.224	100,0%	3.390.815	100,0%	2.494.919	100,0%

(1) Capital de Terceiros corresponde à soma das seguintes linhas dos grupos do passivo circulante e não circulante: empréstimos e financiamentos e debêntures.

(2) Capital Próprio corresponde à soma das seguintes linhas do patrimônio líquido: capital social, gastos com emissões de ações, reserva de capital e prejuízos acumulados.

Em 31 de dezembro de 2014, o endividamento total da Companhia era de R\$2.845,7 milhões, sendo que R\$2.489,4 milhões eram referentes a empréstimos e financiamentos e debêntures de longo prazo. Desse

montante, 2.756,0 eram referentes aos projetos eólicos da Renova. O custo de emissão desses financiamentos foi de R\$ 13,3 milhões.

Em 31 de dezembro de 2013, o endividamento total da Companhia era de R\$2,4 bilhões, sendo que R\$41,9 milhões eram referentes às operações de financiamento para os projetos eólicos, tanto de longo prazo como empréstimos pontes e notas promissórias e R\$102,2 milhões eram referentes às PCHs da Companhia. Também compõe o endividamento uma emissão de debêntures da Companhia no valor de R\$338,1 milhões. O custo de emissão foi de R\$11,3 milhões.

Em 31 de dezembro de 2012, R\$1,2 bilhão do endividamento total de R\$1,5 bilhão eram referentes às operações de financiamento de longo prazo na modalidade *Project Finance*, sendo que R\$1,1 bilhão eram referentes aos projetos eólicos e R\$108,6 milhões eram referentes às PCHs da Companhia. No mesmo período, R\$307,3 milhões do endividamento eram referentes à emissão das debêntures da Companhia. O custo de emissão foi de R\$12,1 milhões.

i) hipóteses de resgate de ações;

Não existem outras hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além das previstas na Lei das S.A.

ii) fórmula de cálculo do valor de resgate;

Não aplicável, tendo em vista que não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além das previstas na Lei das S.A.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o perfil de endividamento da Companhia, conforme descrito nos itens 10.1. (a) e 10.1.(b), o fluxo de caixa estimado e a posição de liquidez, a Companhia acredita ter liquidez e recursos de capital suficientes para honrar os compromissos financeiros assumidos, tais como investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, conforme detalhado nos itens (a) e (b) acima.

A seguir, é apresentada a posição de ativo circulante contra os compromissos financeiros representados no passivo circulante.

No final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía R\$692,7 milhões de ativo circulante e R\$517,3 milhões de passivo circulante, gerando um superávit de R\$175,4 milhões.

No final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía R\$441,6 milhões de ativo circulante e R\$1,4 bilhão de passivo circulante, gerando um déficit de R\$939,3 milhões. Importante ressaltar, que o montante de R\$1,0 bilhão que hoje estava alocado no passivo circulante foi substituído por um contrato de financiamento de longo prazo a celebrado entre a Companhia e o BNDES em 2014.

No final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía R\$699,3 milhões de ativo circulante e R\$370,3 milhões de passivo circulante, gerando um superávit de R\$299,0 milhões.

Os fluxos de caixa das atividades operacionais de investimento e de financiamento da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2012 e 2013 estão apresentados na tabela a seguir:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de (em R\$)	2014	2013	2012
--	------	------	------

mil)			
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(32.925)	89.288	(21.589)
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(1.240.286)	(1.369.824)	(599.775)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	1.242.176	805.012	839.640
Caixa de aumento de participação em investida	(14.964)	-	-
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	(45.999)	(475.524)	218.276
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	132.598	608.122	389.846
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	86.599	132.598	608.122

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 o caixa da Companhia reduziu R\$46,0 milhões em função de:

- Consumo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais de R\$32,9 milhões;
- Consumo de caixa no valor de R\$1.240,3 milhões em investimentos, principalmente em função dos desembolsos para construção do Complexo Eólico Alto Sertão II e Alto Sertão III;
- Entrada de caixa de R\$1.242,1 milhões principalmente em função da entrada de caixa do aumento de capital no valor de R\$ 810,4 milhões (valor atualizado) e também do desembolso de parte do empréstimo ponte tomado junto ao BNDES no valor de R\$ 215 milhões, entrada de caixa da primeira série da debênture de infraestrutura da Renova Eólica (Alto Sertão II) no valor de R\$ 73,0 milhões e nova debênture corporativa que substitui a debênture antiga, gerando uma entrada de caixa líquida no valor de R\$ 129,2 milhões.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 o caixa da Companhia reduziu R\$475,5 milhões em função de:

- Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais de R\$89,3 milhões;
- Consumo de caixa no valor de R\$1,4 bilhão em investimentos, principalmente em função dos desembolsos para construção do Complexo Eólico Alto Sertão II;
- Entrada de caixa de R\$805,0 milhões em financiamentos em função dos empréstimos pontes tomados junto ao BNDES e da emissão de Notas Promissórias, parcialmente compensado pelo pagamento de outros empréstimos em aberto.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 o caixa da Companhia aumentou R\$218,3 milhões em função de:

- Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais de R\$21,6 milhões;
- Consumo de caixa no valor de R\$599,8 milhões em investimentos, principalmente em função dos desembolsos para construção do Complexo Eólico Alto Sertão I;
- Entrada de caixa de R\$839,6 milhões em financiamentos em função dos empréstimos para financiar a construção do Complexo Eólico Alto Sertão I.

d) formas de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Para a implantação dos empreendimentos de geração em construção, a Companhia captou recursos por meio de contratos financeiros de curto e longo prazos, além de levantar recursos por meio de aumento de capital. Dos recursos captados pela Companhia por meio de financiamentos, a maior parte é alocada

em sociedades de propósito específico titulares das autorizações para a exploração do serviço de energia elétrica e dos respectivos contratos de compra e venda dessa energia e subholdings. Tais financiamentos são obtidos junto a bancos de desenvolvimento e agências de fomento, tais como o BNDES, BNB e FINEP, assim como instituições financeiras. Adicionalmente, a Companhia emitiu debêntures simples não conversíveis em ações e notas promissórias.

A Companhia privilegia a contratação de linhas de financiamento denominadas em Reais, de forma a evitar exposição a riscos de câmbio. A Companhia não apresenta investimentos relevantes em ativos não circulantes, não havendo necessidade de capital de giro para tal finalidade.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia pretende manter a estratégia de captação de financiamentos principalmente de longo prazo, diretamente ou por meio de suas sociedades de propósito específico titulares das autorizações para a exploração do serviço de geração de energia elétrica e dos respectivos contratos de compra e venda dessa energia junto a bancos de desenvolvimento e entidades de fomento, tais como o BNDES, assim como instituições financeiras e privilegiar a contratação de linhas de financiamento denominadas em Reais, de forma a evitar exposição a riscos de câmbio. A modalidade de *Project Finance* deve continuar a ser a mais importante.

A Companhia não possui ativos não circulantes além dos investimentos mencionados acima, e por isso não precisa de financiamento além dos já descritos.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes;

A tabela a seguir demonstra a evolução do endividamento consolidado da Companhia nas respectivas datas:

Contrato	Taxa	Em 31 de dezembro de (em R\$ mil)		
		2014	2013	2012
BNDES Salvador Eólica	TJLP + 1,92%	583.145	619.381	630.836
BNDES (subcrédito social)	TJLP	8.280	5.439	4.064
BNDES Bahia Eólica	TJLP + 2,18%	285.231	305.064	314.625
BNDES Nova Renova	TJLP + 2,98%	-	625.226	150.270
Itaú (Notas Promissórias)	DI + 0,98%	256.598	406.147	-
BNB	9,5% a.a.	96.635	102.191	108.607
Debêntures (2ª emissão)	123,45% do CDI	583.145	338.086	307.257
BNDES Renova Eólica	TJLP + 2,45%	674.010	-	-
BNDES Renova Eólica	TJLP + 2,60%	159.071	-	-
BNDES - Ponte I	TJLP +3,65%/2,50%	215.094	-	-
Debêntures (3ª emissão)	123,45% CDI	500.269	-	-
Debêntures 1ª Série - Renova Eólica	IPCA + 7,60% a.a.	74.343	-	-
Finep - CEOL Itaparica	3,5% a.a.	6.356	-	-
Total do endividamento¹		2.859.032	2.401.534	1.515.659
Custo de captação		(13.340)	(11.278)	(12.137)
End. líquido dos custos		2.845.692	2.390.256	1.503.522

1: O montante difere do apresentado no item 3.7 e 3.8 deste Formulário de Referência, pois considera somente as linhas de Empréstimo e Financiamento e Debêntures do balanço. As demais linhas do passivo não são consideradas como empréstimos e financiamentos relevantes.

Resumo dos contratos

(a) Contratos BNDES (Longo prazo)

LER 2009

As controladas Pajeú do Vento, Planaltina, Porto Seguro, Nossa Senhora da Conceição, Guirapá, Serra do Salto, Guanambi, Alvorada e Rio Verde, com a interveniência da controlada Salvador Eólica tomaram financiamentos com o BNDES no montante total de R\$586.677. Os financiamentos possuem taxas de juros de 1,92% a.a. + TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), e 16 anos de prazo de amortização, vencendo-se a primeira parcela em 15 de maio de 2013 e a última em 15 de abril de 2029. Os nove parques totalizam 195,2 MW de capacidade instalada e 84 MW médios de energia firme contratada. Em abril de 2014, foi liberada a última parcela do financiamento, no valor de R\$ 4.370.

O total financiado para os parques Porto Seguro e Serra do Salto inclui o subcrédito “D”, destinado a investimentos sociais, no valor total de R\$6.400. O financiamento está indexado à TJLP, tem até dois anos de carência de juros e principal e seis anos de prazo de amortização, vencendo-se a primeira em 15 de maio de 2013 e a última em 15 de maio de 2019. Em abril de 2014, foi liberada a última parcela do financiamento, no valor de R\$2.500.

As controladas Candiba, Igaporã, Ilhéus, Licínio de Almeida e Pindaí, com interveniência da controlada Bahia Eólica, tomaram financiamentos junto ao BNDES no total de R\$297.380. Os financiamentos possuem taxas de juros de 2,18% a.a. + TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) e 16 anos de prazo de amortização, vencendo-se a primeira parcela em 15 de abril de 2013 e a última em 15 de março de 2029. Os cinco parques totalizam 99,2 MW de capacidade instalada e 43 MW médios de energia firme contratada. Em abril de 2014, foi liberada a última parcela do financiamento, no valor de R\$192.

O total financiado para os parques Candiba e Ilhéus inclui o subcrédito “C”, destinado a investimentos sociais, no valor total de R\$3.000. O financiamento está indexado à TJLP, tem até dois anos de carência de juros e principal e seis anos de prazo de amortização, vencendo-se a primeira em 15 de janeiro de 2014 e a última em 15 de dezembro de 2019. Em abril de 2014, foi liberada a última parcela do financiamento, no valor de R\$248.

São garantias de todos os contratos do BNDES o penhor de ações, a cessão fiduciária de direitos creditórios e emergentes, alienação fiduciária de bens, fiança bancária durante a construção e 1º ano de operação comercial, e contas reserva no valor de 3 meses de serviço da dívida e 3 meses de operação e manutenção. Esta operação estabelece que o índice ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = $[(\text{geração de caixa da atividade} + \text{saldo final de caixa do ano anterior}) / \text{serviço da dívida}]$ deve ser maior ou igual a 1,3 a ser calculado ao final de cada exercício social. Para 31 de dezembro de 2014 o índice foi cumprido.

LER 2010 e LEN 2011 (A-3)

A controlada Renova Eólica com a interveniência das controladas Ametista, Araças, Borgo, Caetité, Dourados, Espigão, Maron, Morrão, Pelourinho, Pilões, Da Prata, Seraíma, Serra do Espinhaço, Tanque, Ventos do Nordeste, da sua controladora direta Nova Renova e da Companhia obteve financiamento no valor total de R\$1.044.100 (contrato direto assinado em 04 de junho de 2014, no valor de R\$734.020 e o contrato de repasse assinado com o Banco do Brasil, no valor de R\$310.080). Em 31 de dezembro de 2014, o montante liberado foi de R\$804.224, utilizado para quitar o empréstimo ponte tomado junto ao BNDES,

no valor de R\$ 647.894 e parte das notas promissórias, no valor de R\$154.617.

O financiamento direto BNDES será dividido em 16 subcréditos, de “A” a “P”, com as seguintes características: (a) os Subcréditos A, C, D, E, F, G, I, J, M e P terão prazo de utilização e de carência até 15 de dezembro de 2015, e prazo de amortização em 192 meses, sendo as prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas, vencendo-se a primeira prestação em 15 de janeiro de 2016 e a última em 15 de dezembro de 2031; e (b) os Subcréditos B, H, K, L, N e O terão prazo de utilização e de carência até 15 de dezembro de 2014 e prazo de amortização em 192 meses, sendo as prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas, vencendo-se a primeira prestação em 15 de janeiro de 2015 e a última em 15 de dezembro de 2030.

Os Subcréditos A, B, C, D, E, F, G, H, I, J, K, L, M, N e O possuem taxas de juros de 2,45% a.a.+TJLP e sobre o principal da dívida decorrente do Subcrédito P incidirá a TJLP.

O Contrato de repasse com o Banco do Brasil possui taxa de 2,60% a.a. + TJLP.

São garantias de todos os contratos do BNDES o penhor de ações, a cessão fiduciária de direitos creditórios e emergentes, alienação fiduciária de bens, fiança bancária, e contas reserva no valor de 3 meses de serviço da dívida e 3 meses de operação e manutenção. Esta operação estabelece que o índice ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = [(geração de caixa da atividade + saldo final de caixa do ano anterior) / serviço da dívida] deve ser maior ou igual a 1,3 a ser calculado ao final de cada exercício social.

(b) Contrato BNB

A controlada Espra, com interveniência da controlada Enerbras, obteve financiamento com o BNB em 30 de junho de 2006, no total de R\$120.096. Os financiamentos possuem taxas de juros de 9,5% a.a. (podendo ser reduzido a 8,08% devido a 15% de bônus de adimplência) exigíveis mensalmente no dia 30 de cada mês. O contrato tem vencimento em 30 de junho de 2026. O montante contratado foi totalmente liberado.

São garantias deste financiamento a hipoteca de imóveis do Complexo Serra da Prata, o penhor de ações, o penhor dos direitos emergentes das Resoluções Autorizativas, o direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, estejam ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo Poder Concedente à Espra, todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos das respectivas Resoluções Autorizativas e fundo de liquidez em conta reserva (nota 11). O contrato de financiamento com o BNB não exige índices financeiros para vencimentos antecipados da dívida.

(c) Debêntures simples não conversíveis em ações

Em 15 de dezembro de 2014, foi emitida uma nova debênture corporativa (3ª emissão) no valor de R\$ 500.000. Os recursos dessa debênture foram utilizados para pagar antecipadamente a debênture já existente (2ª emissão) no valor de R\$370.754, gerando um caixa adicional na Companhia no valor de R\$ 129.246. A 3ª emissão da debênture possui a mesma remuneração da 2ª emissão (123,45% do CDI), com carência de 4 anos a contar da data de assinatura do contrato. A amortização terá início em 15 de

dezembro de 2018 com parcelas anuais e consecutivas até 15 de dezembro de 2024. O pagamento dos juros ocorrerá em parcelas semestrais, sem carência, nos meses de junho e dezembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 15 de junho de 2015.

A 3ª emissão das debêntures foi realizada nos termos da Instrução CVM 476, com base na deliberação da Reunião de Conselho de Administração da Companhia realizada em 17 de dezembro de 2014 ("RCA"). Não há cláusula de repactuação das debêntures.

São garantias das debêntures a alienação fiduciária de 100% (cem por cento) das ações da Enerbras de titularidade da Companhia e a cessão fiduciária de bens e direitos e quaisquer recursos depositados em conta vinculada mantida no Banco do Brasil proveniente do fluxo de dividendos distribuídos pelas controladas Enerbras e Nova Renova. Esta operação estabelece que o ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida = dividendos recebidos/serviço da dívida) deve ser maior ou igual a 1,0. O serviço da dívida é representado pela amortização de principal e pagamento de juros da série vincenda em cada ano de verificação. Em 31 de dezembro de 2014 esse índice foi atingido.

(d) BNDES (Curto Prazo)

Em 07 de junho de 2013, as controladas indiretas da Companhia assinaram contrato de financiamento com o BNDES, no montante de R\$600.000. Os recursos deste financiamento foram destinados à implantação dos parques eólicos do LER 2010 e LEN 2011 (A-3).

Em 16 de junho de 2014, com a liberação do financiamento de longo prazo, as controladas indiretas da Companhia quitaram estes empréstimos de curto prazo.

Em 19 de dezembro de 2014, foi assinado o contrato de financiamento de curto prazo entre o BNDES e a Diamantina, no valor total de R\$700.000, dividido em dois subcréditos: subcrédito "A" no valor de R\$140.000 e subcrédito "B" no valor de R\$560.000, para os parques de LEN 2012 (A-5), LER 2013 e mercado livre. Em 29 de dezembro de 2015 foram liberados R\$215.000. Os empréstimos pontes serão quitados em 15 de junho de 2016 ou na data de desembolso do financiamento de longo prazo do BNDES.

Sobre o principal da dívida decorrente do subcrédito "A" incidirão juros de 3,55% a.a. acima da TJLP. Sobre o principal da dívida decorrente do subcrédito "B" incidirão juros de 2,50% a.a. acima da TJLP. São garantias do financiamento a totalidade das ações da Diamantina e das SPEs que detém ações.

(e) Notas promissórias

Em 05 de novembro de 2013, as controladas indiretas que compõem os parques do LER 2010 e do LEN 2011 (A-3) emitiram notas promissórias comerciais, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, no montante de até R\$400.000 e nos termos da instrução CVM nº 476, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP e as notas comerciais depositadas em nome do respectivo titular no Sistema de Custódia Eletrônica da CETIP.

Sobre as notas promissórias incidirão juros remuneratórios estabelecidos com base na variação acumulada de 100% das taxas médias diárias da DI – Depósitos interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", acrescida exponencialmente de spread de 0,98% a.a.

As notas promissórias não exigem índices financeiros para vencimento antecipado da dívida.

Em 30 de abril de 2014 estas controladas indiretas quitaram as notas promissórias comerciais, no valor de R\$400.000 (principal) acrescido de juros do período e renegociaram a emissão de novas notas promissórias por um período complementar de 6 meses a partir de 30 de abril de 2014 no valor de principal de R\$400.000, mantendo as mesmas condições financeiras da primeira emissão. Essas notas serão quitadas no desembolso da segunda liberação do contrato de financiamento de longo prazo assinado com o BNDES.

Em 29 de agosto de 2014, com a liberação da segunda parcela do financiamento de longo prazo, parte das notas promissórias foram quitadas, restando um saldo de principal de R\$251.200.

(f) FINEP

Em 19 de dezembro de 2013, a controlada Centrais Elétricas Itaparica S.A. assinou contrato de financiamento com a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, no montante de R\$107.960. Os recursos deste financiamento são destinados à implantação de uma usina de geração e distribuição de energia híbrida solar e eólica. O financiamento possui taxa de juros de 3,5% a.a., carência de 36 meses que abrange o período compreendido entre a data da assinatura do contrato e a de vencimento da parcela de amortização e deve ser pago em 85 prestações, vencendo-se a primeira parcela em 15 de janeiro de 2017 e a última em 15 de janeiro de 2024. Em 31 de dezembro de 2014, o montante liberado foi de R\$6.346.

São garantias deste financiamento a cartas de fiança bancária no valor de 50% de cada liberação, mais os encargos incidentes, emitidas por instituições financeiras e alienação fiduciária dos bens móveis (equipamentos) adquiridos no curso do financiamento.

(g) Debênture de infraestrutura

Em 15 de novembro de 2014, ocorreu a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real e com garantia adicional fidejussória, em duas séries ("Debêntures"), para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, da controlada indireta da Companhia, Renova Eólica, no valor total de R\$146.000.

Sobre as debêntures da primeira série incidirão juros de remuneratórios prefixados de 7,6054% a.a. e da segunda série incidirão juros remuneratórios de 7,8707% a.a.

As Debêntures foram emitidas como debêntures de infraestrutura, tendo em vista o enquadramento dos empreendimentos como projetos prioritários pelo Ministério de Minas e Energia (MME), por meio das portarias expedidas pelo MME. Os recursos das Debêntures serão destinados ao LER 2010 e LEN 2011 (A-3) com o objetivo de complementar o financiamento do BNDES, para aquisição de ativos.

A primeira série no valor de R\$ 73.000 foi desembolsada em dezembro de 2014 e a segunda série, também no valor de R\$ 73.000, será desembolsada em janeiro de 2015.

ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras;

Em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012, a Companhia não possuía outras relações de longo prazo com instituições financeiras, além das mencionadas no item (i) acima.

iii) grau de subordinação entre as dívidas;

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 (em R\$ mil)	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Garantia real	356.326	654.980	402.995	1.431.391	2.845.692
Garantia flutuante					
Garantia quirografária	160.948	26.070			187.018
Total	517.274	681.050	402.995	1.431.391	3.032.710

Os diretores da Companhia entendem que a estrutura de subordinação e o montante das dívidas, medido pela soma do passivo circulante com o passivo não circulante constituem uma adequada estrutura de capital, considerando que a construção dos projetos é financiada com empréstimos de longo prazo e que grande parte das dívidas no curto prazo serão substituídos por empréstimos de longo prazo.

iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Os contratos de empréstimos e financiamentos firmados pela Companhia e suas controladas, contemplam cláusulas restritivas (sob a forma de obrigações de não fazer e/ou de hipótese de vencimento antecipado de obrigações), incluindo, dentre outras:

- limitações à capacidade de contrair dívidas financeiras;
- limitações à capacidade de vender, transferir ou dispor de qualquer outra forma de parte de ativos;
- limitações quanto à existência de ônus, penhor, hipoteca, encargo ou outros gravames ou direitos de garantia sobre receitas e patrimônio;
- limitação quanto ao pagamento de dividendos acima dos dividendos mínimos obrigatórios;
- limitações quanto à capacidade da Companhia de realizar reestruturações societárias e alienações de participações acionárias;
- limitações de mudança de controle ou de reorganização societária.

Adicionalmente, os empréstimos e financiamentos contraídos pela Companhia e suas controladas, possuem cláusulas restritivas (*covenants* financeiros), as quais determinam níveis máximos de endividamento e alavancagem, bem como níveis mínimos de cobertura de parcelas a vencer.

Eventual descumprimento destas restrições pode levar ao vencimento antecipado de tais obrigações financeiras, bem como de outros contratos financeiros que estipulem, como causa de vencimento antecipado, o vencimento antecipado de outros contratos celebrados pela Companhia ou suas controladas.

Contrato de Financiamento celebrado entre o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (“BNB”) e a Energética Serra da Prata S.A. (“Espra”), em 30 de junho de 2006 (“Contrato BNB-Espra”).

Nos termos do Contrato BNB-Espra, a Espra compromete-se a manter durante todo o prazo de vigência da operação, um Fundo de Liquidez em conta corrente denominada “Conta Reserva”, cujas aplicações serão feitas em títulos do Tesouro Nacional, fundos por eles lastreados ou em títulos privados de emissão

do BNB, cuja aplicação corresponderá a 6 parcelas de amortização, referenciada pela maior prestação, pós carência depositada na Conta Reserva.

Ainda, nos termos do Contrato BNB-Espra, a Espira não poderá distribuir à sua controladora, quaisquer quantias em dinheiro ou bens, incluindo dividendos, exceto os dividendos obrigatórios conforme previsto em seu estatuto social, sem a prévia anuência do BNB. O pedido de anuência deverá ser respondido pelo BNB em até 60 dias, sob pena de considerar-se autorizada a distribuição.

Contratos de Financiamento celebrados entre o BNDES e as SPEs desenvolvedoras dos projetos do LER 2009, em 05 de maio de 2011 e 06 de dezembro de 2011 (“Contratos BNDES LER 2009”).

Nos termos dos Contratos BNDES LER 2009, a SPEs precisam manter, durante todo o prazo de vigência dos contratos o saldo mínimo da Conta Reserva do Serviço da Dívida e da Conta Reserva de O&M, reguladas pelo Contrato de Cessão (níveis mínimos de coberturas de parcelas a vencer).

Adicionalmente, nos termos dos Contratos BNDES LER 2009, as subholdings Salvador Eólica Participações S.A. precisam manter sua respectiva "Conta Reserva Especial", preenchida conforme sejam depositados os recursos advindos das controladas dos projetos do LER 2009, podendo o saldo existente na referida conta começar a ser liberado desde que, dentre outras exigências previstas nos contratos, seja permitida a manutenção do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida Consolidado (“ICSD Consolidado”). No caso da Salvador Eólica Participações S.A., a “Conta Reserva Especial” deve ser mantida com saldo mínimo de R\$ 25,0 milhões.

Nos termos dos Contratos BNDES LER 2009 deve ser observado o ICSD Consolidado de, no mínimo, igual ou maior a 1,30, sendo que a apuração do ICSD Consolidado deverá ocorrer anualmente, relativamente ao ano civil anterior.

O ICSD Consolidado em um determinado ano de referência é calculado a partir da divisão da geração de caixa da atividade no ano de referência somada ao saldo final de caixa do ano anterior pelo serviço da dívida do ano de referência, com base em informações registradas nas demonstrações financeiras anuais consolidadas auditadas da Bahia Eólica Participações S.A. e da Salvador Eólica Participações S.A.

A Salvador Eólica Participações S.A., e a Bahia Eólica Participações S.A. não poderão distribuir quaisquer recursos aos seus acionistas, incluindo dividendos, além do mínimo legal previsto no art. 202, §2º, da Lei Federal n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, salvo, se cumpridas determinadas obrigações previstas nos Contratos BNDES LER 2009, dentre elas o atingimento do ICSD Consolidado.

Contrato de Financiamento celebrado entre a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP e a Centrais Elétricas Itaparica S.A. (“Contrato FINEP”) em 13 de dezembro de 2013.

O Contrato FINEP não possui cláusulas restritivas a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, bem como níveis mínimos de cobertura de parcelas a vencer, à distribuição de dividendos e à emissão de novos valores mobiliários. No entanto, possui cláusula restritiva de alteração do controle da Centrais Elétricas Itaparica S.A. ou da Renova Energia S.A., e da alienação dos ativos dados em garantia na operação de financiamento.

Contrato de Financiamento celebrado entre o BNDES e a Renova Eólica Participações S.A. controladora das SPEs desenvolvedoras dos projetos LER 2010 e LEN 2011 (“Renova Eólica”) em 04 de junho de 2014 e o Contrato de Financiamento Mediante Repasse de Recursos do BNDES, celebrado entre o Banco do Brasil S.A. e a Renova Eólica em 25 de agosto de 2014 (“Contratos BNDES e BB LER 2010/LEN 2011”).

Nos termos dos Contratos BNDES e BB LER 2010/LEN 2011 deve ser observado o ICSD Consolidado de, no

mínimo, igual ou maior a 1,30, sendo que a apuração do ICSD Consolidado deverá ocorrer anualmente, relativamente ao ano civil anterior e desde que verificado o pagamento de 12 prestações mensais de amortização dos referidos contratos.

A Renova Eólica não poderá distribuir quaisquer recursos aos seus acionistas, inclusive dividendos, além do mínimo previsto art. 202, §2º, da Lei Federal n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, salvo, se cumpridas determinadas obrigações previstas nos Contratos BNDES e BB LER 2010/LEN 2011, dentre elas o atingimento do ICSD Consolidado.

Instrumento particular de escritura da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória, em duas séries, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, da Renova Eólica Participações S.A., celebrada em 03 de dezembro de 2014 e aditada em 15 de dezembro de 2014 (“Escritura da 1ª Emissão de Debêntures da Renova Eólica”).

Nos termos da Escritura da 1ª Emissão de Debêntures da Renova Eólica, a Renova Eólica não poderá distribuir quaisquer recursos aos seus acionistas diretos ou indiretos, e/ou pessoas físicas e jurídicas integrantes do mesmo Grupo Econômico, sob a forma de dividendos ou pagamentos de juros sobre capital próprio cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere o dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202, §2º da Lei Federal n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, salvo se prévia e expressamente aprovado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia; ou nas hipóteses expressamente previstas na Escritura da 1ª Emissão de Debêntures da Renova Eólica, dentre elas, o atingimento do ICSD de 1,30, e desde que, com o pagamento, o ICSD permaneça no valor mínimo indicado.

Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Renova Energia S.A., celebrada em 17 de dezembro de 2014 (“Escritura da 3ª Emissão de Debêntures da Renova Energia”).

Nos termos da, Escritura da 3ª Emissão de Debêntures da Renova Energia a Companhia está sujeita ao vencimento antecipado das debêntures caso, dentre outros eventos, deixe de observar o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”) da emissão que deverá ser maior ou igual a 1,0x, a ser calculado da seguinte forma: (i) Total de Dividendos recebidos pela Companhia/Serviço da Dívida da Emissão (medição anual, após o depósito dos dividendos na conta vinculada por onde transitarão os recursos).

Visando à adequação do nível de ICSD exigido, a escritura de emissão admite a utilização do saldo de caixa acumulado na Companhia para o cálculo do índice, desde que o montante (devidamente transferido para a conta retro citada) seja utilizado para amortização das referidas debêntures.

A Companhia não poderá distribuir recursos na forma de dividendos, juros sobre o capital próprio, partes beneficiárias, amortização de ações, bonificações em dinheiro ou qualquer outra modalidade de remuneração que seja devida aos acionistas, cujo valor, isoladamente ou em conjunto, exceda o percentual de 25% do lucro líquido, sem que haja anuência prévia dos titulares das Debêntures representando 75% das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim. Fica admitida a distribuição de dividendos até o limite de 75% do lucro líquido desde que: (i) atingido ICSD; e (ii) a Companhia esteja adimplente quanto às obrigações assumidas na Escritura da 3ª Emissão de Debêntures da Renova Energia;

Empréstimos Ponte obtido pela Diamantina Eólica Participações S.A., controladora das SPes desenvolvedoras dos projetos Alto Sertão III – Fase A, por meio do Contrato De Financiamento Mediante Abertura De Crédito Nº 14.2.1247.1, celebrado com o BNDES em 19 de dezembro de 2014

(“Contrato Ponte ASIII-Fase A”).

Nos termos do Contrato Ponte ASIII-Fase A, a Diamantina Eólica Participações não pode distribuir quaisquer recursos aos seus acionistas, diretos ou indiretos, e/ou a pessoas físicas e jurídicas integrantes do mesmo Grupo Econômico, sob a forma de dividendos, juros sobre o capital próprio, juros e/ou amortização de dívida subordinada e/ou redução de capital, inclusive cancelamento de AFAC, além do dividendo mínimo legal previsto no artigo 202, §2º, da Lei Federal n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 salvo com prévia anuência do BNDES.

Nos últimos 12 meses, a Companhia apresentou um índice de cobertura da dívida superior ao mínimo exigido pelos seus credores e não infringiu nenhuma cláusula estipulada em seus contratos de financiamento e nas escrituras de emissão.

Para mais informações, vide itens 3.9 e 18.5 deste Formulário de Referência.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Foi aprovado empréstimo ponte para o Alto Sertão III tomado junto ao BNDES no valor de R\$700,0 milhões. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo liberado era de R\$215,0 milhões.

A debênture de infraestrutura emitida no valor total de R\$146,0 milhões, em 31 de dezembro apenas uma série no valor de R\$73,0 milhões tinha sido liberada. O restante foi liberado em janeiro de 2015.

Adicionalmente, foi aprovado na FINEP financiamento no valor total de R\$108,0 milhões, e em 31 de dezembro de 2014, R\$6,4 milhões foram liberados.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As informações a seguir expressam as opiniões dos nossos Diretores.

Comparação dos resultados consolidados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013’.

	<u>Exercícios encerrados em 31 de dezembro de</u>				
	2014	AV	2013	AV	Varição 2014x2013
Receitas	302,9	100,0%	226,0	100,0%	34,0%
Custos gerenciáveis	(46,4)	-15,3%	(18,2)	-8,0%	155,7%
Custos não gerenciáveis	(14,2)	-4,7%	(11,4)	-5,1%	24,3%
Depreciação	(80,4)	-26,5%	(68,4)	-30,3%	17,4%
Lucro bruto	161,9	53,4%	128,0	56,6%	26,5%
Despesas Operacionais	(92,0)	-30,4%	(39,5)	-17,5%	133,1%
Gerais e administrativas	(90,2)	-29,8%	(38,4)	-17,0%	134,9%
Depreciações	(1,8)	-0,6%	(1,1)	-0,5%	67,9%
Resultado de equivalência	(24,8)	-8,2%	-	0,0%	0,0%
Perda no ganho de participação em investimentos	(5,3)	-1,7%	-	0,0%	0,0%

Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, equivalência patrimonial e impostos	39,7	13,1%	88,5	39,2%	-55,1%
Receitas (despesa) financeira líquidas	(60,1)	-19,8%	(72,3)	-32,0%	-16,9%
Receitas financeiras	53,1	17,5%	32,4	14,3%	63,7%
Despesas financeiras	(113,1)	-37,4%	(104,7)	-46,3%	8,1%
Resultado antes dos impostos	(20,3)	-6,7%	16,2	7,2%	-225,1%
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(15,9)	-5,3%	(10,0)	-4,4%	59,3%
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	0,5	0,2%	0,0	0,0%	2058,3%
Lucro do período	(35,7)	-11,8%	6,3	2,8%	-669,7%

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida da Companhia relativa ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$302,9 milhões, representando um aumento de R\$76,9 milhões ou 34,0% em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, no qual foi registrada receita operacional líquida de R\$226,0 milhões. Este aumento ocorreu devido principalmente à receita proveniente da entrada em operação comercial dos parques do LER 2010 em 11 de outubro de 2014.

Durante o período de teste dos parques do LER 2010, energia gerada foi liquidada ao preço de liquidação da diferença (PLD) o que gerou receita de R\$ 41,2 milhões. Entre o dia 11 de outubro até o final do mês, a energia gerada foi liquidada a preço de contrato, o que gerou receita de R\$ 4,7 milhões e partir de 1º de novembro, o contrato do LER 2010 com a CCEE passou a ser contabilizado.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, os projetos de fonte eólica contribuíram com R\$263,2 milhões da receita operacional líquida da Companhia, e as PCHs da Companhia e os projetos de fonte solar contribuíram com R\$22,6 milhões e R\$17,0 milhões, respectivamente.

Custos gerenciáveis

Os custos gerenciáveis correspondem às atividades de operação e manutenção das PCHs e dos parques eólicos operacionais.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, os custos gerenciáveis totalizaram R\$46,4 milhões, um aumento de 155,7% em relação aos R\$18,2 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 ou R\$28,3 milhões, refletindo principalmente: (i) ao aumento de R\$ 11,9 milhões em serviços de terceiros principalmente em função do pagamento dos serviços de operação e manutenção das turbinas e do BOP elétrico do LER 2009, findo o período de carência de dois anos após a entrega dos parques e também do pagamento do serviço de preservação das máquinas do LER 2010 e A-3 2011 do período em que elas não estavam operando; (ii) ao aumento de R\$ 1,7 milhão em aluguéis e arrendamentos em função dos pagamentos das terras arrendadas para o Alto Sertão III, custos que não existiam em 2013; (iii) aumento de R\$ 7,0 milhões para compra de energia para revenda; e (iv) redução de R\$ 2,3 milhão em outros custos, principalmente em função da provisão da multa para o LER 2010, no quarto trimestre do ano passado, no valor de R\$ 3,3 milhões que foi estornada em 2014, após a aprovação da concatenação do contrato de geração com a entrega das linhas de transmissão pela ANEEL em abril de 2014.

Custos não gerenciáveis

Os custos não gerenciáveis correspondem: (i) à tarifa de uso do sistema de distribuição (“TUSD”), referente ao uso do sistema de distribuição da Coelba, concessionária na qual as três PCHs da Companhia se conectam, e à tarifa do uso do sistema de transmissão (“TUST”), referente às linhas de transmissão e subestações dos parques eólicos; e (ii) à taxa de fiscalização cobrada pela ANEEL. Estes custos são relacionados às três PCHs da Companhia e aos parques eólicos operacionais.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, os custos não gerenciáveis totalizaram R\$14,2 milhões, aumento de 24,3% ou R\$2,8 milhões quando comparado aos R\$11,4 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013. O crescimento refere-se principalmente ao pagamento da TUST dos 6 parques eólicos do LER 2010, que iniciaram o faturamento em outubro de 2014.

Depreciação

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, a depreciação totalizou R\$80,4 milhões, aumento de 17,4% ou R\$11,9 milhões em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013. O crescimento é explicado principalmente pela entrada em operação comercial dos parques do LER 2010.

Despesas gerais e administrativas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, as despesas administrativas totalizaram R\$95,5 milhões, representando um aumento de 148,6% ou R\$57,1 milhões em relação aos R\$38,4 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013. As variações são explicadas principalmente por:

- **Pessoal e administração:** o aumento reflete principalmente o maior número de funcionários que passou de 223 em 31 de dezembro de 2013 para 281 em 31 de dezembro de 2014 e também maior provisão e pagamento de bônus;
- **Serviços de terceiros:** aumento de R\$ 20,1 milhões em relação ao ano de 2013, em função de maiores gastos com consultorias, entre elas consultorias de RH e sustentabilidade, maiores gastos com publicidade legal e também maiores gastos institucionais, não recorrentes;
- **Aluguéis e arrendamentos:** aumento em função de novos aluguéis para os escritórios de São Paulo e Salvador;
- **Viagens:** o aumento na linha é explicado principalmente pela energização dos parques do LER 2009 e LER 2010 e eventos;
- **Projetos descontinuados:** a Companhia revisa seu portfólio de projetos básicos e inventários de PCHs trimestralmente e em 2014 tiveram mais baixas que em 2013;
- **A perda na participação de investimentos** é decorrente no aumento da participação da subsidiária Chipley, que em 30 de setembro de 2014 a Renova detinha 60% de participação e a partir de outubro passou a deter 100%. Como o patrimônio líquido da Chipley em 30 de setembro de 2014 era de R\$ 13.145 negativo, a Renova precisou reconhecer 40% desse valor, que é o valor do aumento da participação, como perda na participação de investimento, gerando uma despesa de R\$ 5,3 milhões;
- **Outras:** o aumento reflete principalmente os custos da Renova Comercializadora, na sua maioria gastos com pessoal.

Resultado de Equivalência Patrimonial

A Renova realizou a aquisição de 51% da Brasil PCH com os recursos do AFAC, por meio de uma subsidiária (Chipley) na qual, até 30 de setembro de 2014, a Companhia possuía 60% de participação e após essa data passou a deter 100% da subsidiária.

No acumulado do ano de 2014 (fevereiro a dezembro), a Brasil PCH teve lucro líquido de R\$ 4,9 milhões, uma vez que a aquisição ocorreu em fevereiro. A Chipley tem direito a 51% do resultado da Brasil PCH.

A mais valia total da aquisição foi de R\$ 656,7 milhões. A Companhia, com base na melhor estimativa existente, fez a identificação e mensuração do valor justo dos ativos e passivos existentes na Brasil PCH. Dessa maneira, o valor mensal da amortização da mais valia passou a ser registrado no mês da aquisição. No acumulado do ano (fevereiro a dezembro) a amortização da mais valia contabilizada foi de R\$ 32,6 milhões na Chipley.

Na Renova o efeito da aquisição é conforme abaixo, ressaltando que até o final de setembro a Companhia consolidava 60% da Chipley e no 4T14 passou a consolidar 100%.

	Fev a Dez
Equivalência patrimonial	(1.620)
Amortização da mais valia	(23.222)
Resultado¹	(24.843)
Ganho/perda em investimentos	(5.259)

A perda na participação de investimentos é decorrente do aumento da participação da subsidiária Chipley, que em 30 de setembro de 2014 a Renova detinha 60% de participação e a partir de outubro passou a deter 100%. Como o patrimônio líquido da Chipley em 30 de setembro de 2014 era de R\$ 13.145 negativo, a Renova precisou reconhecer 40% desse valor, que é o valor do aumento da participação, como perda na participação de investimento, gerando uma despesa de R\$ 5,3 milhões.

Receitas (despesas) financeiras líquidas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, o resultado financeiro líquido foi negativo em R\$60,1 milhões. A variação em relação aos R\$72,3 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, de 16,9% ou R\$12,2 milhões, foi decorrente do maior saldo de caixa em relação ao ano anterior, parcialmente compensado pelo maior montante de financiamentos e pela entrada em operação do LER 2010, fazendo com que os custos do financiamento deixassem de ser capitalizados.

Imposto de renda e contribuição social

Atualmente as receitas da Companhia são tributadas pelo regime de lucro presumido. Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescidas do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, o imposto de renda e a contribuição social da Companhia totalizaram R\$15,4 milhões, aumento de 54,5% ou R\$5,4 milhões em relação aos R\$10,0 milhões, do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, em função principalmente da mudança de tributação das SPEs do LER 2010 que passaram a ser contabilizadas pelo regime de lucro presumido e tiveram, consequentemente, suas receitas financeiras tributadas e também entraram em operação no quarto trimestre de 2014.

Lucro líquido

Em 2014, o prejuízo líquido da Companhia foi de R\$35,7 milhões, ante lucro líquido de R\$6,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, representando uma variação de 669,7%.

Comparação dos resultados consolidados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

Demonstração de Resultado	Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de				Varição
					(A H)
(em R\$ mil, exceto percentuais)	2013	AV	2012	AV	2013x2012
Receitas	226.011	100,0	115.63	100,0	95,4%
	(18.154		(10.39		
Custos gerenciáveis	(11.437	(8,0%)		(9,0%)	74,6%
Custos não gerenciáveis	(68.449	(5,1%)	(5.480)	(4,7%)	108,7%
		(30,3	(32.94	(28,5	
Depreciação					107,8%
Lucro bruto	127.971	56,6%	66.821	57,8%	91,5%
	(39.469	(17,5	(44.13	(38,2	
Despesas Operacionais					(10,6%)
	(38.392	(17,0	(43.35	(37,5	
Gerais e administrativas					(11,5%)
Depreciações	(1.077)	(0,5%)	(781)	(0,7%)	37,9%
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, equivalência patrimonial e impostos	88.502	39,2%	22.683	19,6%	290,2%
	(72.261	(32,0	(22.57	(19,5	
Receitas (despesa) financeira líquidas					220,1%
Receitas financeiras	32.426	14,3%	27.423	23,7%	18,2%
	(104.68	(46,3	(49.99	(43,2	
Despesas financeiras					109,4%
Resultado antes dos impostos	16.241	7,2%	112	0,1%	14400,9%
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(9.994)	(4,4%)	(6.479)	(5,6%)	54,3%
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	24	0,0%	350	0,3%	(93,1%)
			(6.017	(5,2%	
Lucro do período	6.271	2,8%			(204,2)%

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida da Companhia relativa ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$226,0 milhões, representando um aumento de R\$110,4 milhões ou 95,4% em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, no qual foi registrada receita operacional líquida de R\$115,6 milhões. Este aumento ocorreu devido a entrada em operação dos 14 parques eólicos do Complexo Eólico Alto Sertão I, que iniciaram o faturamento em julho de 2012.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, os projetos de fonte eólica contribuíram com

R\$185,3 milhões da receita operacional líquida da Companhia, o que representa 82,0% do total da receita e as PCHs da Companhia e os projetos de fonte solar contribuíram com 17,9% e 0,1%, respectivamente.

Custos gerenciáveis

Os custos gerenciáveis correspondem às atividades de operação e manutenção das PCHs e dos parques eólicos operacionais.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, os custos gerenciáveis totalizaram R\$18,2 milhões, u, aumento de 74,6% em relação aos R\$10,4 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 ou R\$7,8 milhões, refletindo principalmente: (i) provisão para quatro meses de multa do LER 2010 no valor de R\$4,6 milhões; (ii) reclassificações entre as linhas de custos e despesas no valor de R\$1,7 milhão; e (iii) aumento dos custos relativos aos serviços de terceiros, relacionados à manutenção dos parques.

Como a Companhia alterou o ponto de conexão do LER 2010, não terá garantia de receita (regra do leilão de energia de reserva), até que a linha de transmissão entre em operação. Para não estar sujeita a penalidades desde a data de início de suprimento (1º de setembro de 2013) e a efetiva entrada em operação da linha de transmissão, a Companhia solicitou à ANEEL a concatenação do cronograma do início do fornecimento de energia dos parques eólicos com a entrada em operação das linhas de transmissão. Concatenando a data da obrigação da Companhia de começar a entregar energia com a data de conclusão da linha de transmissão, a Companhia desloca a data inicial e mantém o período original de 20 anos do contrato de venda de energia. A Companhia aguarda a decisão da ANEEL a esse respeito.

Conforme explicado acima, com a alteração do ponto de conexão, a Companhia deixou de ter a receita garantida para o LER 2010 e, portanto, até que saia a resposta da ANEEL sobre o pedido de concatenação e/ou caso o pedido não seja atendido, a Companhia provisiona o valor da multa de acordo com o contrato. O contrato estabelece que o ressarcimento por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância – 10%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 115% do preço de venda vigente. Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância – 10% de geração serão ressarcidos em 12 parcelas após possíveis compensações com desvios positivos iniciando ao final do primeiro quadriênio.

Custos não gerenciáveis

Os custos não gerenciáveis correspondem: (i) à tarifa de uso do sistema de distribuição (“TUSD”), referente ao uso do sistema de distribuição da Coelba, concessionária na qual as três PCHs da Companhia se conectam, e à tarifa do uso do sistema de transmissão (“TUST”), referente às linhas de transmissão e subestações dos parques eólicos; e (ii) à taxa de fiscalização cobrada pela ANEEL. Estes custos são relacionados às três PCHs da Companhia e aos parques eólicos operacionais.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, os custos não gerenciáveis totalizaram R\$11,4 milhões, aumento de 108,7% ou R\$6,0 milhões quando comparado aos R\$5,5 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012. O crescimento refere-se principalmente ao pagamento da TUST dos 14 parques eólicos do Complexo Eólico Alto Sertão I, que iniciaram o faturamento em julho de 2012.

Depreciação

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, a depreciação totalizou R\$68,5 milhões, aumento de 107,8% ou R\$35,5 milhões em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012. O crescimento é explicado principalmente devido a entrada em operação dos 14 parques eólicos do complexo Alto Sertão I, que iniciaram o faturamento em julho de 2012, data que os parques começaram a ser amortizados.

Despesas gerais e administrativas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, as despesas administrativas totalizaram R\$38,4 milhões, representando uma diminuição de 11,5% ou R\$5,0 milhões em relação aos R\$43,4 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012. As variações são explicadas principalmente por:

- **Pessoal e administração:** aumento de 49,9% em função do crescimento da quantidade de funcionários para suportar o crescimento da Companhia, que passou de 182 em 31 de dezembro de 2012 para 223 em 31 de dezembro de 2013 (incluindo os estagiários) e também pela provisão de bônus para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.
- **Serviços de terceiros:** redução de R\$3,0 milhões em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, em função principalmente da menor contratação de consultorias neste ano.
- **Projetos descontinuados:** a Companhia revisa seu portfólio de projetos básicos e inventários trimestralmente, tendo havido diminuição de 25,5% em relação ao R\$1,9 milhão do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 em função da menor baixa de projetos de inventários de PCHs no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.
- **Outras:** representa as despesas envolvidas com fretes e correios, despesas relacionadas a programas sociais voltados às comunidades onde a Companhia atua, além de despesas não recorrentes. A diminuição de 71,8% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 deve-se principalmente a R\$2,0 milhões de remuneração em ações registradas no quarto trimestre de 2012 e restituição de R\$1,2 milhão de ICMS cobrado indevidamente das PCHs da Companhia.

Receitas (despesas) financeiras líquidas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, o resultado financeiro líquido foi negativo em R\$72,3 milhões. A variação em relação aos R\$22,6 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, de 220,1% ou R\$49,7 milhões, deve-se principalmente aos juros dos financiamentos dos parques eólicos do Complexo Eólico Alto Sertão I, pois até a data da inauguração dos parques, estes encargos eram capitalizados e também das debêntures emitidas em outubro de 2012, no valor de R\$300,0 milhões.

Imposto de renda e contribuição social

Atualmente as receitas da Companhia são tributadas pelo regime de lucro presumido. Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescidas do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, o imposto de renda e a contribuição social da Companhia totalizaram R\$10,0 milhões, aumento de 62,7% ou R\$3,8 milhões em relação aos R\$6,1 milhões, do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, variação principalmente em função da receita dos 14 parques eólicos do Complexo Eólico Alto Sertão I, que iniciaram o faturamento em julho de 2012.

Lucro líquido

Em 2013, o lucro líquido da Companhia foi de R\$6,3 milhões, ante prejuízo de R\$6,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, representando uma variação de 204,2%.

Principais Alterações nas Contas Patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013.

Balanco Patrimonial	Saldo em 31 de dezembro de				Variacao
(em R\$ mil, exceto percentuais)	2014	AV	2013	AV	2013 x 2012
Ativo					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	86,6	1,6%	132,6	3,6%	-34,7%
Aplicações financeiras	509,0	9,2%	241,4	6,6%	110,8%
Contas a receber de clientes	68,6	1,2%	20,9	0,6%	228,0%
Impostos a recuperar	15,1	0,3%	10,8	0,3%	40,1%
Adiantamentos a fornecedores	8,6	0,2%	5,1	0,1%	69,3%
Pagamentos antecipados	0,0	0,0%	2,3	0,1%	-100,0%
Cauções e depósitos vinculados	0,0	0,0%	27,2	0,7%	-100,0%
Outros créditos	4,8	0,1%	1,3	0,0%	278,7%
Total do ativo circulante	692,7	12,5%	441,6	12,0%	56,8%
NÃO CIRCULANTE					
Partes relacionadas	-	-	-	-	-
Cauções e depósitos vinculados	160,5	2,9%	124,0	3,4%	29,4%
Impostos diferidos	2,5	0,0%	0,9	0,0%	163,2%
Outros créditos	6,3	0,1%	0,2	0,0%	4066,7%
Investimentos	713,3	-	-	-	-
Imobilizado em serviço	2.175,1	39,2%	1.459,7	39,7%	49,0%
Imobilizado em curso	1.791,9	32,3%	1.645,8	44,8%	8,9%
Total do ativo não circulante	4.849,6	87,5%	3.230,6	88,0%	50,1%
Total do ativo	5.542,2	100,0%	3.672,2	100,0%	50,9%
Passivo e Patrimônio Líquido	2014	AV	2013	AV	Variacao
					2013 x 2012
CIRCULANTE					
Fornecedores	100,2	1,8%	242,4	6,7%	-59,0%
Empréstimos e financiamentos	355,4	6,4%	1.100,1	30,0%	-67,7%
Debêntures	0,9	0,0%	11,2	0,3%	-
Impostos a recolher	17,6	0,3%	7,5	0,2%	132,6%
Salários e férias a pagar	14,1	0,3%	8,5	0,2%	66,4%
Contas a pagar - CCEE/Eletróbrás	22,3	0,4%	8,9	0,2%	150,0%
Outras contas a pagar	6,8	0,1%	2,2	0,0%	3617,0%
Total do passivo circulante	517,3	9,3%	1.380,9	37,6%	-62,5%
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	1.917,1	34,6%	953,9	26,0%	101,0%
Debêntures	572,3	10,3%	325,0	8,9%	76,1%
Contas a pagar - CCEE/Eletróbrás	15,6	0,3%	11,7	0,3%	33,9%
Provisão para riscos cíveis, fiscais, trabalhistas e socioambientais	10,4	0,2%	0,1	0,0%	11903,4%
Total do passivo não circulante	2.515,4	45,4%	1.290,6	35,1%	94,9%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	2.568,0	46,3%	1.017,7	27,7%	152,3%
(-) Custos na emissão de ações	-41,8	-0,8%	-36,1	(1,0%)	15,6%

Reserva de capital	55,1	1,0%	55,1	1,5%	0,0%
Prejuízos acumulados	-71,8	-1,3%	-36,1	(1,0%)	99,1%
Total do patrimônio líquido	2.509,5	45,3%	1.000,6	27,2%	150,8%
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5.542,2	100,0%	3.672,2	100,0%	50,9%

ATIVO

Circulante

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo do ativo circulante era de R\$692,7 milhões (12,5% do ativo total) e em 31 de dezembro de 2013 o saldo era de R\$441,6 milhões (12,0% do ativo total, representando um aumento de 56,8% ou R\$251,0 milhões).

A diminuição de R\$46,0 milhões ou 34,7% em 31 de dezembro de 2014 na conta de caixa e equivalentes de caixa, em comparação com 31 de dezembro de 2013 deve-se principalmente do consumo de caixa para construção dos parques eólicos do Complexo Eólico Alto Sertão II e Alto Sertão III. Adicionalmente, os saldos de aplicações financeiras no valor de R\$509,0 milhões são referentes a aplicações em fundos de investimentos e o aumento é devido principalmente a entrada de caixa do aumento de capital e entrada de novos financiamentos.

Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo do ativo não circulante era de R\$4.849,6 milhões (87,5% do ativo total) em comparação com o saldo em 31 de dezembro de 2013 de R\$3.230,6 milhões (88,0% do ativo total), o que representa um aumento de R\$1.619,0 milhões ou 50,1%.

O aumento de R\$36,5 milhões na conta de cauções e depósitos em 31 de dezembro 2014, refere-se basicamente às aplicações financeiras de instrumento de renda fixa, vinculadas ao financiamento do BNDES, remunerados a 94,3% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e do BNB, remunerado a 99,0% do CDI.

A linha de investimentos é referente ao investimento na Chipley, subsidiária que adquiriu 51% de participação na Brasil PCH.

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de imobilizado em serviço era de R\$2.175,1 milhões. O saldo de imobilizado em curso era de R\$1.791,9 milhões, e o aumento do imobilizado em curso é em função da entrada em operação o LER 2010. O imobilizado que durante a fase de construção é contabilizado em imobilizado em curso, após a entrada em operação dos parques passa a ser contabilizado como imobilizado em serviço.

PASSIVO

Circulante

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo da conta de passivo circulante era de R\$517,3 milhões, representando uma diminuição de R\$863,7 milhões ou 62,5% em comparação com 31 de dezembro de 2013, quando o mesmo saldo era de R\$1.380,9 milhões.

A diminuição deve-se principalmente foi em função da quitação dos empréstimos pontes e parte das notas promissórias tomadas para o Alto Sertão II com a liberação do financiamento de longo prazo. Dessa maneira, esse montante deixou o passivo circulante e passou a compor o passivo não circulante.

A diminuição do passivo circulante também é devido a diminuição de R\$142,4 milhões na linha de Fornecedores, que totalizou em 31 de dezembro de 2014 o valor de R\$100,2 milhões. O saldo dessa linha refere-se principalmente aos valores dos contratos de fornecimento de equipamentos e materiais contratado para construção dos parques eólicos e variação é decorrente do estágio das obras nesses períodos.

Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo da conta de passivo não circulante era de R\$2.515,4 milhões, aumento de R\$1.224,8 milhões ou 94,9% em comparação com 31 de dezembro de 2013, causado pelo desembolso do financiamento de longo prazo do Alto Sertão II, quitando empréstimos pontes e parte das notas promissórias que estavam no curto prazo, desembolso da nova debênture corporativa e da primeira série da debênture de infraestrutura, além de empréstimo ponte para o Alto Sertão III.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo da conta do patrimônio líquido consolidado atingiu R\$2.509,5 milhões, representando um aumento de R\$1.508,9 milhões ou 150,8 em relação a 31 de dezembro de 2013, quando o mesmo saldo foi de R\$1.000,6 milhões. O aumento está relacionado principalmente ao aumento de capital realizado e subscrito quase que integralmente pela Cemig GT.

Principais Alterações nas Contas Patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

Balanco Patrimonial	Saldo em 31 de dezembro de				Varição
(em R\$ mil, exceto percentuais)	2013	AV	2012	AV	2013 x 2012
Ativo					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	132.598	3,6%	608.122	22,7%	(78,2%)
Aplicações financeiras	241.449	6,6%	-	0,0%	-
Contas a receber de clientes	20.923	0,6%	21.309	0,8%	(1,8%)
Impostos a recuperar	10.751	0,3%	7.095	0,3%	51,5%
Adiantamentos a fornecedores	5.065	0,1%	4.310	0,2%	17,5%
Pagamentos antecipados	2.338	0,1%	2.144	0,1%	9,0%
Cauções e depósitos vinculados	27.231	0,7%	25.403	0,9%	7,2%
Outros créditos	1.260	0,0%	915	0,0%	37,7%
Total do ativo circulante	441.615	12,0%	669.298	25,0%	(34,0%)
NÃO CIRCULANTE					
Partes relacionadas	-	-	-	-	-
Cauções e depósitos vinculados	123.981	3,4%	82.791	3,1%	49,8%
Impostos diferidos	948	0,0%	906	0,0%	4,6%
Outros créditos	150	0,0%	141	0,0%	6,4%
Imobilizado em serviço	1.459.662	39,7%	1.507.775	56,3%	(3,2%)
Imobilizado em curso	1.645.823	44,8%	417.128	15,6%	294,6%
Total do ativo não circulante	3.230.564	88,0%	2.008.741	75,0%	60,8%
Total do ativo	3.672.179	100,0%	2.678.039	100,0%	37,1%
Passivo e Patrimônio Líquido	2013	AV	2012	AV	Varição

2013 x 2012

CIRCULANTE					
Fornecedores	242.418	6,6%	159.391	6,0%	52,1%
Empréstimos e financiamentos	1.100.134	30,0%	198.201	7,4%	455,1%
Debêntures	11.239	0,3%	-	-	-
Impostos a recolher	7.549	0,2%	6.439	0,2%	17,2%
Salários e férias a pagar	8.465	0,2%	1.546	0,1%	447,5%
Contas a pagar - CCEE/Eletróbrás	8.936	0,2%	4.714	0,2%	89,6%
Outras contas a pagar	2.198	0,1%	8	0,0%	27375,0%
Total do passivo circulante	1.380.939	37,6%	370.299	13,8%	272,9%
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	953.855	26,0%	1.000.126	37,3%	(4,6%)
Debêntures	325.028	8,9%	305.195	11,4%	6,5%
Contas a pagar - CCEE/Eletróbrás	11.670	0,3%	10.938	0,4%	6,7%
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	87	0,0%	84	0,0%	3,6%
Total do passivo não circulante	1.290.640	35,1%	1.316.343	49,2%	(2,0%)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	1.017.697	27,7%	1.017.557	38,0%	0,0%
(-) Custos na emissão de ações	(36.112)	(1,0%)	(36.112)	(1,3%)	0,0%
Reserva de capital	55.067	1,5%	52.275	2,0%	5,3%
Prejuízos acumulados	(36.052)	(1,0%)	(42.323)	(1,6%)	(14,8%)
Total do patrimônio líquido	1.000.600	27,2%	991.397	37,0%	0,9%
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.672.179	100,0%	2.678.039	100,0%	37,1%

ATIVO

Circulante

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo do ativo circulante era de R\$441,6 milhões (12,0% do ativo total) e em 31 de dezembro de 2012 o saldo era de R\$669,3 milhões (25,0% do ativo total, representando uma redução de 34,0% ou R\$227,7 milhões).

A diminuição de R\$475,5 milhões ou 78,2% em 31 de dezembro de 2013 na conta de caixa e equivalentes de caixa, em comparação com 31 de dezembro de 2012 deve-se principalmente do consumo de caixa para construção dos parques eólicos do Complexo Eólico Alto Sertão II e pagamento de empréstimos e da entrada de caixa de empréstimos pontes com o BNDES e Notas Promissórias, além da geração de caixa operacional. Adicionalmente, o saldo de aplicações financeiras no valor de R\$241,5 milhões é referente a aplicações em fundos de investimentos e que até nos exercícios anteriores eram instrumentos de renda fixa (considerados como caixa e equivalente de caixa) e que serão utilizados na construção dos parques do Alto Sertão II.

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo da conta de cauções e depósitos vinculados era de R\$27,2 milhões, aumento de 7,2% em relação a 31 de dezembro de 2012. O aumento refere-se basicamente às aplicações financeiras de instrumento de renda fixa, vinculadas ao financiamento do BNDES.

Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo do ativo não circulante era de R\$3.230,6 milhões (88,0% do ativo total) em comparação com o saldo em 31 de dezembro de 2012 de R\$2.008,7 milhões (75,0% do ativo total), o que representa um aumento de R\$1.221,8 milhões ou 60,8%.

O aumento de R\$41,2 milhões na conta de cauções e depósitos em 31 de dezembro 2013, refere-se basicamente às aplicações financeiras de instrumento de renda fixa, vinculadas ao financiamento do BNDES, remunerados a 94,3% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e do BNB, remunerado a 99,0% do CDI.

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de imobilizado em serviço era de R\$1.459,7 milhões. O saldo de imobilizado em curso era de R\$1.645,8 milhões, variação de R\$1.228,7 milhões em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2011 e a variação foi em função do avanço na implementação do Complexo Eólico Alto Sertão II.

PASSIVO

Circulante

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo da conta de passivo circulante era de R\$1.380,9 milhões, representando um aumento de R\$1.010,6 milhões ou 272,9% em comparação com 31 de dezembro de 2012, quando o mesmo saldo era de R\$370,3 milhões.

O aumento deve-se principalmente ao aumento de R\$901,9 milhões na conta de Empréstimos e Financiamentos cujo saldo em 31 de dezembro de 2013 era de R\$1.100,1 milhões, comparados com os R\$198,2 milhões em 31 de dezembro de 2012. A Companhia ressalta que o montante no curto prazo é em função dos empréstimos pontes e Notas Promissórias, que tem vencimento em junho de 2014 e maio de 2014, respectivamente, ou na data de desembolso da primeira parcela do Contrato de Financiamento de Longo Prazo a ser assinado entre a Companhia e o BNDES oportunamente, alongando assim o prazo da dívida.

O aumento do passivo circulante também é devido ao aumento de R\$83,0 milhões na linha de Fornecedores, que totalizou em 31 de dezembro de 2013 o valor de R\$242,4 milhões. O saldo dessa linha refere-se principalmente aos valores dos contratos de fornecimento de equipamentos e materiais contratado para construção dos parques eólicos e variação é decorrente do estágio das obras nesses períodos.

Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo da conta de passivo não circulante era de R\$1.290,6 milhões, uma diminuição de R\$25,7 milhões ou 2,0% em comparação com 31 de dezembro de 2012, causado principalmente pela diminuição da conta de empréstimos e financiamentos, parcialmente compensados pelo maior saldo das debêntures.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo da conta do Patrimônio líquido consolidado atingiu R\$1.000,6 milhões, representando um aumento de R\$9,2 milhões ou 0,9% em relação a 31 de dezembro de 2012, quando o mesmo saldo foi de R\$991,4 milhões. O aumento está relacionado principalmente ao menor saldo de prejuízo acumulado em função do lucro líquido gerado no ano.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

As informações incluídas neste Formulário de Referência, exceto quando expressamente ressalvado, referem-se às Demonstrações Financeiras consolidadas da Companhia.

a. *resultado das operações da Companhia, em especial:*

Para uma discussão detalhada das principais variações percebidas nos resultados da Companhia, vide item 10.1(h) deste Formulário de Referência.

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; e

A receita operacional da Companhia é gerada por meio da comercialização de energia elétrica, seja no ambiente regulado, nos leilões organizados pelo Governo ou no ambiente livre, onde a Companhia e o consumidor livre fecham acordos de compra e venda de energia.

A receita operacional líquida da Companhia foi de R\$302,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, R\$ 226,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 e R\$115,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.

A partir de outubro de 2014 os parques que comercializaram energia no LER 2010, com capacidade instalada de 167,7 MW, entraram em operação comercial, principal fator para o crescimento de 34,0% da receita operacional líquida da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Durante o período de teste dos parques do LER 2010, a energia gerada foi liquidada ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) o que gerou receita de R\$ 41,2 milhões. Entre o dia 11 de outubro até o final do mês, a energia gerada foi liquidada a preço de contrato, o que gerou receita de R\$ 4,7 milhões e partir de 1º de novembro, o contrato do LER 2010 com a CCEE passou a ser contabilizado.

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia possuía 2.510,9MW de capacidade instalada contratada, sendo que 652,3MW estavam em operação comercial e gerando receita para a Companhia.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, a receita líquida foi de R\$ 226,0, crescimento de 95,4% em relação ao exercício sócia encerrado em 31 de dezembro de 2012. O principal fator para o crescimento foi em função do início das receitas dos parques que comercializaram energia no LER 2009, o que ocorrer a partir de julho de 2012.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

A energia elétrica comercializada pela Companhia, que é a sua única fonte de receita operacional atualmente, tem seu preço fixado nos respectivos contratos de compra e venda de energia, preço esse que não está sujeito a variações durante o prazo de vigência desses contratos, que é de 20 anos, exceto aquelas variações decorrentes de índices de atualização monetária.

O preço da energia elétrica proveniente das PCHs da Companhia em operação é corrigido anualmente pelo IGPM e o preço da energia elétrica proveniente dos parques eólicos contratados no mercado regulado é corrigido anualmente pelo IPCA.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

A situação financeira da Companhia e o resultado das suas operações são afetados pela inflação, uma vez que as receitas decorrentes de contratos de comercialização de energia elétrica são indexadas a índices de inflação (IGPM e IPCA) e os custos operacionais tendem a seguir tais índices.

Além disso, aumentos nas taxas de inflação afetam o mercado de comercialização de energia elétrica, na medida em que reduzem a atividade econômica, o consumo e o investimento. Os principais fatores e condições que afetam a receita e os resultados operacionais são analisados a seguir:

Inflação

A situação financeira da Companhia e o resultado das operações são afetados pela inflação, uma vez que as receitas decorrentes de contratos de comercialização de energia elétrica são indexadas a índices de inflação (IGPM e IPCA) e os custos operacionais tendem a seguir tais índices. A maioria dos custos e despesas da Companhia é denominada em Reais e está atrelada aos índices de medição da inflação, tais como o IGPM, o INPC e o IPCA, ou sofre reajuste de acordo com a flutuação medida em índices cambiais.

Taxa de Juros

O resultado das operações também está exposto às variações das taxas de juros. A Companhia contrata empréstimos e financiamentos denominados principalmente em Reais, os quais são reajustados com base na TJLP ou no CDI. Além disso, as taxas de juros praticadas em operações de crédito ao consumidor no mercado financeiro brasileiro afetam indiretamente à Companhia, na medida em que reduções podem levar ao aumento do consumo privado e ao aumento do consumo de energia. Por outro lado, aumentos nas taxas de juros podem levar à diminuição do consumo de energia. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012, as variações das taxas de juros não impactaram os negócios da Companhia.

Taxa de Câmbio

Como a maioria dos custos, incluindo custos relacionados à implementação dos parques eólicos (a parte do capex que está em moeda estrangeira é fechada antes da tomada de decisão do projeto e portanto a Companhia não fica exposta a variação cambial), bem como a totalidade das receitas da Companhia, é denominada em Reais, a Companhia não está exposta à variação da taxa de câmbio e, portanto, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012, não houve impacto nos resultados operacionais e financeiros causados por variações em taxas de câmbio.

Tributação

A Companhia está sujeita ao recolhimento do IRPJ e CSLL. A alíquota da contribuição social sobre o lucro é de 9% e do imposto de renda de 25%, representando uma tributação total de 34%. Para empresas cuja receita bruta total, no ano-calendário anterior, tenha sido igual ou inferior a R\$78,0 milhões é facultado a escolha do regime de tributação de IRPJ e CSLL com base no Lucro Presumido. O imposto com base no Lucro Presumido será determinado por períodos de apuração trimestrais, encerrados em 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de cada ano-calendário. Para o cálculo do IRPJ devido, implica na aplicação de alíquota composta equivalente a 25% (sendo 15% da alíquota legal, acrescida de um adicional de 10% sobre as receitas que excederem R\$60,0 mil em um trimestre) sobre uma base equivalente a 8% da Receita Bruta para o cálculo do IR devido, enquanto que no caso da CSLL, aplica-se uma alíquota de 9% sobre uma base equivalente a 12% da Receita Bruta. Ainda, no regime de Lucro Presumido, o regime de apuração de PIS e COFINS é cumulativo, sujeito, à alíquota de 0,65% (no regime não-cumulativo a alíquota é de 1,65%) para PIS e 3% (no regime não-cumulativo a alíquota é de 7,6%) para COFINS, calculados sobre o total das receitas da Companhia. Atualmente, a Companhia e as *subholdings* Bahia Eólica e Salvador Eólica adotam o regime de tributação do lucro real e as controladas operacionais Brasil PCH, Espira e as SPEs dos parques em operação comercial do LER 2009 e LER 2010 adotam o regime de tributação pelo Lucro Presumido.

O ICMS incide sobre vendas realizadas para clientes finais, em alíquotas que variam nos diferentes estados da federação. Alguns estados também já incorporam em sua legislação benefícios para o ICMS na compra

de equipamentos e pode se beneficiar de mecanismos semelhantes. A Companhia se qualifica para a obtenção do incentivo fiscal “Desenvolve” (Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia), instituído pela Lei Estadual nº 7.980/2001 e aprovado pelo Decreto do Governador do Estado da Bahia nº 8.205/2002, o qual consiste na concessão de dois benefícios fiscais: (i) dilação do prazo de pagamento, de até 90% do saldo devedor mensal do ICMS normal, limitada a 72 meses; e (ii) diferimento do lançamento e pagamento do ICMS devido. A aprovação da concessão do benefício e a determinação das suas condições de gozo cabe ao Conselho Deliberativo do Desenvolve. Nesse sentido, o Conselho Deliberativo do Desenvolvimento, por meio da Resolução nº 57/2006 e das Resoluções nºs 91 a 112/2009, outorgou à Espra e aos parques eólicos, respectivamente, o direito à fruição do benefício fiscal de diferimento do lançamento e pagamento do ICMS, de forma que todos os bens adquiridos para o ativo fixo que forem (i) importados do exterior; (ii) produzidos no Estado da Bahia; ou (iii) adquiridos em outras unidades da Federação, terão o ICMS relativo às aquisições diferido para o momento em que ocorrer sua desincorporação do ativo fixo.

O Conselho de Política Fazendária (Confaz) estendeu até 31 de dezembro de 2015 o Convênio 101/97, o qual desde 1997 promove a desoneração tributária para as compras de equipamentos e componentes para aproveitamento de energia eólica e solar.

Os projetos eólicos da Companhia foram enquadrados no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), instituído pelo Governo Federal, cujas medidas principais incluem: (i) investimento em Infraestrutura; (ii) estímulo ao crédito e ao financiamento; (iii) melhora do ambiente de investimento; e (iv) medidas fiscais de longo prazo buscando a desoneração e aperfeiçoamento do sistema tributário. O principal benefício fiscal trazido pelo PAC (no caso específico do setor de energia elétrica, REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura, instituído pela Lei nº 11.488/2007) é a suspensão da exigência da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS (mercado interno e importação) que será convertida a alíquota zero após a utilização ou incorporação do bem, material de construção ou serviço nas obras de infraestrutura. A Companhia pretende também recorrer a financiamentos enquadrados no PAC, segundo as condições favoráveis de mercado.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, o valor total de imposto de renda e contribuição social devido pela Companhia foi de R\$15,4 milhões, enquanto que nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, e em 31 de dezembro de 2012 os valores foram de R\$10,0 milhões e R\$6,1 milhões respectivamente.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a. introdução ou alienação de segmento operacional

A Companhia foi concebida para desenvolver projetos de geração de energia elétrica proveniente de fontes renováveis.

Em 2008, entraram em operação três PCHs, a Cachoeira da Lixa, a Colino 1 e a Colino 2. Em 2012, 14 parques eólicos que comercializaram energia no LER 2009 começaram a faturar, em 2014, 6 parques eólicos que comercializaram energia no LER 2010 começaram a faturar. Além disso, em virtude dos resultados dos leilões no ambiente regulado realizados em 2012, 2013 e 214 e dos contratos firmados no mercado livre de energia, a Companhia tem projetos eólicos a serem entregues até 2019.

Não houve introdução e ou alienação de segmento operacional.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Aquisição de 51% da Brasil PCH

Em 08 de agosto de 2013 foi celebrado Acordo de Investimento por meio do qual a CEMIG GT cedeu a sua posição no Contrato de Compra e Venda de Ações da Brasil PCH para a Chipley.

Em decorrência desse acordo, a Companhia adquiriu 51% da Brasil PCH em 14 de fevereiro de 2014, por intermédio da Chipley SP Participações S.A., sua controlada direta.

Para mais informações sobre a aquisição da Brasil PCH ver item 6.5 deste Formulário de Referência.

c. eventos ou operações não usuais

Não houve eventos ou operações não usuais.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no relatório dos auditores independentes

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis que afetem significativamente as demonstrações financeiras dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012.

As demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 sofreram algumas reclassificações devido à mudança do auditor independente da Companhia, que foi republicada. No entanto, nenhuma alteração teve efeito significativo.

c. ressalvas e ênfases presentes no relatório dos auditores independentes

Não houve ressalvas nos relatórios dos auditores independentes relativos às demonstrações financeiras dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012.

O relatório dos auditores independentes emitido pela Deloitte relativo às demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 contém parágrafo de ênfase transcritos abaixo:

“(a) “Sem modificar nossa opinião e conforme descrito na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia, essas práticas diferem do *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo; e pela opção da manutenção do saldo de ativo diferido, existente em 31 de dezembro de 2008, que vem sendo amortizado.

(b) Sem modificar nossa opinião e conforme descrito na nota explicativa nº 2, os bens do imobilizado da atividade de geração de energia no regime de produção independente são depreciados pelo seu prazo estimado de vida-útil, considerando-se os fatos e circunstâncias que estão mencionados na referida nota. À medida que novas informações ou decisões do órgão regulador ou do poder concedente sejam conhecidas, o atual prazo de depreciação desses ativos poderá ou não ser alterado.

(c) Sem modificar nossa opinião, conforme mencionado na nota explicativa no 2.6, a Companhia decidiu por reclassificar, para melhor apresentação, certos saldos constantes nas demonstrações do fluxo de caixa e dos valores adicionados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.”

Para mais informações vide item 2.3 deste Formulário de Referência.

10.5 - Políticas contábeis críticas

A Companhia prepara as demonstrações financeiras com base em estimativas e suposições decorrentes da sua experiência e diversos outros fatores que acredita ser razoáveis e relevantes. As práticas contábeis críticas que são adotadas são aquelas que a administração da Companhia acredita serem relevantes para determinar a condição financeira e resultados operacionais, mas a definição de tais práticas é complexa e subjetiva, levando a administração a fazer estimativas sobre eventos futuros ou incertos. A aplicação das práticas e estimativas contábeis críticas geralmente requer que a administração se baseie em julgamentos sobre os efeitos de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

A conclusão de transações envolvendo tais estimativas e julgamentos podem afetar o patrimônio líquido e a condição financeira da Companhia, bem como o resultado operacional, já que os efetivos resultados podem diferir significativamente das estimativas. A Companhia revisa as estimativas e suposições correlatas pelo menos trimestralmente.

A preparação das demonstrações contábeis consolidadas e individuais de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As notas explicativas demonstram a necessidade de adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuem um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas dentro do próximo exercício financeiro são:

- Imobilizado;
- Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas;
- Transações com partes relacionadas - Plano de opção de compra de ações; e
- Instrumentos financeiros e gestão de riscos

No exercício corrente, a Companhia e suas controladas aplicaram diversas emendas e novas interpretações às IFRSs e aos CPCs emitidas pelo IASB e pelo CPC, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2014.

- Alterações ao CPC 39 - Apresentação de Instrumentos Financeiros Ativos e Passivos Líquidos. Os ajustes do CPC 39 esclarecem os requerimentos relacionados à compensação de ativos financeiros com passivos financeiros.
- Alterações ao CPC 01 (R1) - Divulgação de Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros. As alterações do CPC 01 (R1) retiram os requerimentos de divulgar o montante recuperável de uma unidade geradora de caixa para a qual o ágio de expectativa de rentabilidade futura (goodwill) ou outro ativo intangível com vida útil indefinida tenha sido alocado quando não tenha ocorrido redução ao valor recuperável de um ativo ou reversão de redução ao valor recuperável relacionado a essa unidade geradora de caixa.
- Alterações ao CPC 38 - Novação de Derivativos e Continuidade de Contabilidade de Hedge. As alterações ao CPC 38 retiram a obrigatoriedade de descontinuar a contabilidade de hedge quando um derivativo designado como instrumento de hedge é renovado sob determinadas circunstâncias.
- IFRIC 21 - Tributos. O IFRIC 21 endereça o momento de reconhecer um passivo decorrente da obrigação de pagamento de tributos impostos por um governo, A interpretação define tributos e especifica

que o fato gerador da obrigação é a atividade que resulta em pagamento do tributo, conforme definido na legislação.

A Companhia avaliou todas as novas normas acima resumidas e não identificou efeitos significativos nas demonstrações financeiras.

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor independente

a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A diretoria da Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é satisfatório. A Companhia está atenta às novas tecnologias e investe em seus controles a fim de aprimorá-los cada vez mais.

b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Até a data de envio para a CVM deste documento a Companhia não havia recebido a carta de controle interno de 2014 do auditor independente.

Porém nos anos anteriores, em complemento à auditoria das demonstrações financeiras foi apresentado aos nossos Diretores um relatório de recomendações dos controles internos. As recomendações dos auditores independentes da Companhia são sobre controles sistêmicos e desenvolvimento de manuais de normas e procedimentos os quais em aderência ao plano de governança da Companhia a cada exercício estão sendo desenvolvidos e aprimorados.

A Diretoria da Companhia analisou as deficiências indicadas e está adotando planos de ação para corrigi-las e/ou aperfeiçoá-las. De qualquer modo, na avaliação dos diretores da Companhia, nenhum dos pontos identificados pelos auditores independentes se configura como uma deficiência significativa do sistema contábil e de controles internos.

10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Nos últimos três exercícios sociais, houve apenas uma oferta pública de distribuição de debêntures. O total de recursos captados na oferta pública distribuição de debêntures (2ª emissão) realizada em 2012 foi utilizado para o reforço de caixa e/ou investimentos nos projetos do LER 2010 e/ou A-3 2011. Para mais informações, veja item 18.5 deste Formulário de Referência.

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não houve desvios entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas.

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não se aplica tendo em vista não ter havido desvios.

10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv) contratos de construção não terminada; e v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

Os Diretores da Companhia informam que a Companhia não possui, direta ou indiretamente, ativos ou passivos que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*).

A Companhia não mantém qualquer operação, contrato, obrigação ou outros tipos de compromissos em sociedades cujas demonstrações financeiras não sejam consolidadas ou outras operações passíveis de gerar um efeito relevante, presente ou futuro, nos resultados ou em sua condição patrimonial ou financeira, receitas ou despesas, liquidez, investimentos, caixa ou quaisquer outras não registradas nas demonstrações financeiras.

Não obstante, conforme mencionado no item riscos Relacionados à Geração de Energia acima, a Companhia pode ser obrigados a adquirir energia faltante no mercado de curto prazo (mercado *spot*), no qual o preço da energia costuma ser mais volátil, podendo ser maior do que o seu custo de produção.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012.

10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012.

10.10 - Plano de negócios

a. *investimentos, incluindo:*

i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos;

Os investimentos nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012 foram destinados, principalmente, à montagem e instalação dos parques eólicos que comercializaram energia no Leilão de Energia de Reserva de 2010, no Leilão de Energia Nova A-3 2011 e Alto Sertão III– Fase A, composto pelos parques dos projetos Mercado Livre III, Leilão de Energia de Reserva de 2013, Light I e Leilão de Energia Nova A-5 2012.

A tabela a seguir apresenta os investimentos da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012, contabilizados no fluxo de caixa da Companhia.

Período	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012
Investimento (em R\$ milhões)	1.242.176	805.012	599.775

A Companhia, além dos parques que comercializaram energia no LER 2009, LER 2010 e A-3 2011 e das PCHs em operação, a Companhia possui 1.858,6MW em capacidade instalada contratada que entrarão em operação até 2019.

ii) fontes de financiamento dos investimentos;

A Companhia utiliza linha de financiamento do BNDES, na modalidade Project Finance e outras dívidas, como por exemplo debêntures. Em 2014 a Companhia ou suas controladas contrataram empréstimos pontes junto ao BNDES e notas promissórias com banco comercial para financiar a construção dos parques do Complexo Eólico Alto Sertão III. Esses empréstimos de curto prazo serão quitados na data de desembolso do Contrato de Longo Prazo que será assinado entre a Companhia e o BNDES. Além disso, em setembro de 2014, foi aprovada a realização da 1ª emissão de debêntures de infraestrutura da controlada indireta da Companhia, Renova Eólica Participações S.A. Os recursos das Debêntures foram destinados ao Alto Sertão II com o objetivo de complementar o financiamento do BNDES.

iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

A Companhia não realizou desinvestimentos durante os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012.

b. *aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia*

Não houve aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que influencie materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

c. *novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.*

Não aplicável, pois não houve a inclusão de novos produtos e serviços em nossas linhas de negócios.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

Não aplicável.

ANEXO II

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

ANEXO 9-1-II da ICVM 481/09

1. Informar o lucro líquido do exercício.

Não aplicável. A Companhia apresentou prejuízo de R\$35.723 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.

Não aplicável.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído.

Não aplicável.

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não aplicável.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe.

Não aplicável.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio.

Não aplicável.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio.

Não aplicável.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.

Não aplicável.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados.

Não aplicável.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos.

Não aplicável.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

A Companhia não apresentou lucro no exercício de 2012, tendo apresentado lucro líquido de R\$6.271 mil no exercício de 2013, os quais foram absorvidos por prejuízos acumulados. A Companhia não apresentou lucro no exercício de 2014.

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Não aplicável.

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

Não aplicável.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Não aplicável.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos (a) Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos; (b) Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos; (c) Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa; (d) Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais; (e) Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

A Companhia emitiu apenas uma classe de ações preferenciais, as quais têm direito a participar nos lucros distribuídos em igualdade de condições com as ações ordinárias. Tendo em vista que a Companhia não apresentou lucro líquido no último exercício, não haverá distribuição de dividendos.

Ademais, nos termos do artigo 52, Parágrafo Primeiro, do Estatuto Social da Companhia, o pagamento do dividendo obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que houver sido realizado, não sendo cumulativa eventual parcela não paga.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

De acordo com o Artigo 52, caput, do Estatuto Social da Companhia, o dividendo obrigatório corresponde a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido (i) da parcela destinada à constituição da Reserva Legal; e (ii) da parcela destinada à formação de Reserva para Contingências e reversão dessa reserva formada em exercícios anteriores.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Não aplicável.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não aplicável.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

Não aplicável.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável.

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável.

- c. **Explicar porque a perda foi considerada provável**

Não aplicável.

- d. **Justificar a constituição da reserva**

Não aplicável.

13. **Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar**

- a. **Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar**

Não aplicável.

- b. **Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva**

Não aplicável.

14. **Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias**

- a. **Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva**

Não aplicável.

- b. **Identificar o montante destinado à reserva**

Não aplicável.

- c. **Descrever como o montante foi calculado**

Não aplicável.

15. **Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital**

- a. **Identificar o montante da retenção**

Não aplicável.

- b. **Fornecer cópia do orçamento de capital**

Não aplicável.

16. **Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais**

- a. **Informar o montante destinado à reserva**

Não aplicável.

b. Explicar a natureza da destinação

Não aplicável.

ANEXO III

INFORMAÇÕES SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

13. Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

13.1 - Política e prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos

a. objetivos da política ou prática da remuneração;

A prática de remuneração da Companhia tem por objetivo: (i) alinhar os interesses dos administradores e empregados aos interesses dos acionistas; (ii) alinhar os interesses dos administradores e empregados aos interesses e objetivos de curto e longo prazo da Companhia; e (iii) atrair e reter profissionais de qualidade.

b. composição da remuneração, inclusive:

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles.

A composição da remuneração da Diretoria Estatutária é formada por: (i) uma remuneração fixa mensal com o objetivo de incentivar os diretores e consequentemente gerar valor para a Companhia, bem como otimizar o investimento da Companhia em recursos humanos para atrair e a reter profissionais capacitados e considerados fundamentais para a sustentabilidade de seus negócios; (ii) remuneração variável de curto prazo denominado bônus e (iii) remuneração variável de longo prazo pautada num Plano de Opção que institui uma premiação concedida no formato de opção de compra de ações da Companhia, com o objetivo de manter um compromisso de longo prazo, alinhando os interesses da administração com os interesses dos acionistas da Companhia. O Plano de Opção se divide em 02 programas vigentes, denominados Programa 2011 e Programa 2013. Os benefícios recebidos pelos Diretores são assistência médica, odontológica e seguro de vida, estacionamento.

A Companhia não remunera seus administradores e empregados por participação em comitês.

A composição da remuneração dos membros do Conselho de Administração é formada por: (i) membros independentes: não recebem remuneração fixa ou variável e não fazem jus a benefícios diretos ou indiretos; (ii) membros efetivos: não recebem remuneração fixa ou variável e não fazem jus a benefícios diretos ou indiretos.

Conforme previsto no Plano de Opção, os membros do Conselho de Administração, na qualidade de administradores, poderão ser selecionados como participantes, além de empregados, Diretores e pessoas físicas que prestam serviços à Companhia ou a controladas. Para o caso de eventual outorga de opções a membros do Conselho de Administração, a fim de evitar a existência de conflitos de interesse, a matéria seria levado para deliberação da Assembleia Geral da Companhia.

Isso porque, conforme dispõe o item 3.4 do Plano de Opção, tratando-se esse de um caso omissivo e passível de conflito de interesse caso seja regulado pelo próprio Conselho de Administração, é permitido ao Conselho de Administração consultar a Assembleia Geral sobre qualquer tema que entenda necessário.

Ainda, a Companhia esclarece que até a presente data não foram realizadas outorgas de opções para membros do Conselho de Administração da Companhia.

A Companhia não possui um Conselho Fiscal instalado.

A composição da remuneração da Diretoria não estatutária é formada por: (i) uma remuneração fixa mensal com o objetivo de incentivar os diretores e consequentemente gerar valor para a Companhia, bem como otimizar o investimento da Companhia em recursos humanos para atrair e a reter profissionais capacitados e considerados fundamentais para a sustentabilidade de seus negócios; (ii) remuneração variável de curto prazo denominado bônus e (iii) remuneração variável de longo prazo num Plano de Opção que institui uma premiação concedida no formato de opção de compra de ações da Companhia, com o objetivo de manter um compromisso de longo prazo, alinhando os interesses da administração com os interesses dos acionistas da Companhia. O Plano de Opção se divide em 02 programas vigentes, denominados Programa 2011 e Programa 2013. Os benefícios recebidos pelos Diretores são assistência médica, odontológica e seguro de vida, estacionamento, vale alimentação e vale refeição.

A Diretoria da Companhia aprovou a criação do Comitê de Investimentos e Riscos, no entanto, os seus membros ainda não foram definidos. Os membros do Comitê de Investimentos e Riscos serão funcionários da Companhia e não receberão remuneração adicional para participar do mesmo. Para mais informações sobre o Comitê de Investimentos e Riscos vide item 5.2 deste Formulário de Referência.

(ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total;

A tabela abaixo apresenta as proporções médias de cada elemento da remuneração dos administradores da Companhia em relação ao exercício social encerrado em 2014, considerando nossa política de remuneração em vigor:

Órgão	Fixo	Benefícios	Bônus	Ações
Diretoria Estatutária	20%	2%	N/A	78%
Diretoria não Estatutária				
Conselho de Administração	100%	N/A	N/A	N/A
Comitês Estatutários	N/A	N/A	N/A	N/A
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração;

A remuneração fixa dos administradores da Companhia é estabelecida de acordo com referências de mercado, usando a metodologia TOWERS WATSON (Global Grade System) de avaliação de cargos e salários. Visa atrair e reter profissionais que agreguem para os resultados da Companhia. O valor da remuneração é reajustado se avaliada necessidade por uma variação apontada na pesquisa salarial anual e/ou pelo índice de inflação medido no período fiscal, e mediante a performance dos profissionais.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração.

Conforme exposto no item (i) acima, a composição da remuneração nesse modelo visa alinhar os interesses e reter profissionais de qualidade. A composição da remuneração considera as responsabilidades de cada cargo, avaliada com base na metodologia TOWERS WATSON (Global Grade System) e tem como parâmetro os valores praticados pelo mercado para os profissionais que exercem funções com complexidade similar. A parcela variável tem como objetivo motivar os administradores a trabalharem pelo cumprimento das metas e entrega de projetos.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração;

A remuneração fixa não considera indicadores de desempenho.

A remuneração variável de curto prazo se baseia na performance das áreas sobre responsabilidade dos membros da

administração, resultados globais da empresa e cumprimento de metas estabelecidas, além do atingimento de competências individuais.

A remuneração variável (opção de compra de ações) é estabelecida com base na *performance* pessoal dos membros da administração, resultados globais da empresa e cumprimento das metas estabelecidas. No Plano de Opção é negociado com o administrador o número de ações e o montante acompanha a valorização de mercado prevista.

Programa 2011: O indicador de desempenho que é levado em consideração na definição da remuneração variável dos membros da administração é a geração de valor para Companhia, por meio da evolução na implantação de empreendimentos de geração de energia.

Programa 2013: O indicador de desempenho que é levado em consideração na definição da premiação variável dos membros da administração é a performance do negócio e a geração de valor para a Companhia.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho;

No Programa 2011, embora a Companhia considere índices de desempenho para a determinação do montante a ser outorgado, conforme indicado no item “C” acima, a Companhia não adota mecanismos formais e estruturados para avaliar a evolução de referidos indicadores de desempenho. Como regra geral, essa discussão acontece no âmbito das reuniões de nosso Comitê de Talentos e Remuneração, que assessora o Conselho de Administração inclusive em relação à política de remuneração.

No Programa 2013, o indicador de desempenho utilizado como base de análise é o plano de ação consolidado de metas da Companhia, assim como a avaliação subjetiva da geração de valor para a Companhia. O plano de ação consolidado é medido anualmente com base em indicadores definidos como prioritários pelos acionistas. Como regra geral, essa discussão acontece no âmbito das reuniões de nosso Comitê de Talentos e Remuneração, que assessora o Conselho de Administração inclusive em relação à política de remuneração.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo;

A prática de remuneração variável de curto prazo se alinha com os objetivos anuais da Companhia. Esses objetivos são aprovados pelo comitê de gestão, composto pelos acionistas, e são desdobrados para todas as áreas da companhia sempre respeitando o ano fiscal janeiro a dezembro, com pagamento em março do ano fiscal seguinte.

A prática de remuneração variável baseado no Plano de Opção da Companhia se alinha com os objetivos de longo prazo da Companhia.

No Programa 2011 as outorgas das ações ocorrem a partir de eventos específicos da vida dos projetos de geração de energia, tais como a homologação do resultado do leilão, a assinatura de financiamento, a entrada em operação comercial e o aniversário de 1 (um) ano da entrada em operação de um pool de projetos.

No Programa 2013 as outorgas das ações ocorrem em montantes sugeridos a partir da performance do negócio e da avaliação do valor gerado para o negócio, considerando a valorização esperada da empresa no longo prazo.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos;

Os administradores da Companhia não recebem remuneração de suas subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como alienação do controle societário da Companhia.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social 31/12/2015 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	18	5		
Remuneração fixa anual		4.283.924		
Salário ou pró-labore	0	2.478.723		
Benefícios direto e indireto	0	510.757		
Participações em comitês	0	0		
Outros	0	1.294.444		
Descrição de outras remunerações fixas		Encargos Sociais e provisões		
Remuneração variável		975.025		
Bônus	0	975.025		
Participação de resultados	0	0		
Participação em reuniões	0	0		
Comissões	0	0		
Outros	0	0		
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0	0		
Cessação do cargo	0	0		
Baseada em ações	0	6.259.587		
Observação	1. O número de membros de cada órgão foi apurado por meio da média anual do número de membros apurado mensalmente, com duas casas decimais, conforme disposto no Ofício-Circular CVM/SEP/nº01/2014. Na DFP da Companhia a quantidade de			

	membros informada reflete somente os membros remunerados.			
Total da remuneração	0	R\$11.518.536,84		

***Valor efetivamente reconhecido de bônus, corresponde a valores pagos referentes a performance de 2013, valores de 2014 não mensurados no momento da elaboração do relatório.**

Remuneração total prevista para o Exercício Social 31/12/2014 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	16,75	4,42		
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	2.154.268,67		
Benefícios direto e indireto	0,00	279.821,24		
Participações em comitês	0,00	0,00		
Outros	0,00	0,00		
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	650.100,00		
Participação de resultados	0,00	0,00		
Participação em reuniões	0,00	0,00		
Comissões	0,00	0,00		
Outros	0,00	333.567,28		
Descrição de outras remunerações variáveis		Encargos Sociais		
Pós-emprego	0,00	0,00		
Cessação do cargo	0,00	0,00		
Baseada em ações	0,00	1.827.231,40		
Observação	1. O número de membros de cada órgão foi apurado por meio da média anual do número de membros apurado mensalmente, com duas casas decimais, conforme disposto no Ofício-Circular CVM/SEP/nº01/2014. Na DFP da Companhia a quantidade de membros informada reflete somente os membros remunerados.			
Total da remuneração	0,00	5.244.988,59		

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2013 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	13,25	4,75		18,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	96.000,00	1.755.000,00		1.851.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	231.701,54		231.701,54
Participações em comitês	8.000,00	0,00		8.000,00
Outros	0,00	0,00		0,00

Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				

Bônus	0,00	671.000,00		671.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	31.122,00	529.927,88		561.049,88
Descrição de outras remunerações variáveis	O valor de R\$ 31.122,00 em "Outros" representa o valor correspondente às contribuições para o INSS.	O valor de R\$ 529.927,88 em "Outros" representa o valor correspondente às contribuições para o INSS.		
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações	0,00	7.935.921,44		7.935.921,44
Observação	1. Durante o exercício social de 2012, a Companhia possuía 2 membros remunerados no Conselho de Administração. 2. O número de membros de cada órgão foi apurado por meio da média anual do número de membros apurado mensalmente, com duas casas decimais, conforme disposto no Ofício-Circular CVM/SEP/nº01/2014.	1. O número de membros de cada órgão foi apurado por meio da média anual do número de membros apurado mensalmente, com duas casas decimais, conforme disposto no Ofício-Circular CVM/SEP/nº01/2014.		
Total da remuneração	135.122,00	11.123.550,86		11.258.672,86

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2012 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	12,25	4,92		17,17
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	164.000,00	1.726.198,67		1.890.198,67
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	32.000,00	0,00		32.000,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	679.950,08		679.950,08
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	58.422,00	655.253,61		713.675,61

Formulário de Referência - 2014 - RENOVA ENERGIA S/A

Versão : 14

Descrição de outras remunerações variáveis	O valor de R\$ 58.422,00 em "Outros" representa o valor correspondente às contribuições para o INSS.	O valor de R\$ 655.253,61 em "Outros" representa o valor correspondente às contribuições para o INSS.		
--	--	---	--	--

Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações	0,00	1.703.469,10		1.703.469,10
Observação	<p>1. Durante o exercício social de 2012, a Companhia possuía 2 membros remunerados no Conselho de Administração.</p> <p>2. O número de membros de cada órgão foi apurado por meio da média anual do número de membros apurado mensalmente, com duas casas decimais, conforme disposto no Ofício-Circular CVM/SEP/nº01/2014.</p> <p>1. O número de membros de cada órgão foi apurado por meio da média anual do número de membros apurado mensalmente, com duas casas decimais, conforme disposto no Ofício-Circular CVM/SEP/nº01/2014.</p> <p>2. A linha de "Baseada em Ações" não reflete as informações da DFP da Companhia pois o valor foi reconhecido no balanço da Companhia nos exercícios anteriores porém as ações foram subscritas e integralizadas no exercício de 2013.</p>			
Total da remuneração	254.422,00	4.764.871,46		5.019.293,46

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e do conselho fiscal

Remuneração variável exercício - 2015

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	18	5	N/A	22
Bônus	N/A	0	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	5.231.662,28	N/A	5.231.662,28
Valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas	N/A	2.615.831,14	N/A	2.615.831,14
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

***Valor que será efetivamente reconhecido em 2015, conforme performance de 2014.**

Remuneração variável exercício – exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	16,75	4,42	N/A	22,423
Bônus	N/A	0	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	3.424.800,00	N/A	3.424.800,00
Valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas	N/A	1.712.400,00	N/A	1.712.400,00
Valor efetivamente reconhecido	N/A	448.000,00	N/A	448.000,00
Participação no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

***Valor efetivamente reconhecido em 2014, corresponde a valores pagos referente a performance de 2013.**

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	13,25	4,75	N/A	18
Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	12,25	4,92	N/A	19
Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

a. Termos e condições gerais

A Companhia poderá outorgar, a critério do Conselho de Administração, opção de compra de ações àqueles indicados pela Diretoria e Comitê de Talentos e Remuneração. As opções são outorgadas nos termos de Programas estabelecidos com base no Plano de Opção de Compra de Ações (“Plano de Opção”) aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 18 de janeiro de 2010.

O Conselho de Administração, conforme o caso, criará Programas de Opção de Compra de Ações (“Programas”) onde serão definidos: (i) os beneficiários do Programa, (ii) o número total de ações da Companhia objeto da outorga, o qual poderá ser dividido em lotes, (iii) o preço de exercício, (iv) os prazos para o exercício da opção e (v) eventuais restrições às ações recebidas pelo exercício da opção e disposições sobre penalidade. Quando do lançamento de cada Programa, o Conselho de Administração fixará os termos e condições de cada opção em Contrato de Outorga de Opções (“Contrato de Outorga”) a ser celebrado entre nós e cada beneficiário. O Contrato de Outorga deverá definir pelo menos as seguintes condições:

- (i) O número de ações que o beneficiário terá direito de adquirir ou subscrever com o exercício da opção e o preço por ação, de acordo com o Programa;
- (ii) O prazo inicial de carência durante o qual a opção não poderá ser exercida e as datas limite para o exercício total ou parcial da opção e em que os direitos decorrentes da opção expirarão;
- (iii) Eventuais normas sobre quaisquer restrições à transferência das ações recebidas pelo exercício da opção e disposições sobre penalidades para o descumprimento destas restrições; e
- (iv) Quaisquer outros termos e condições que não estejam em desacordo com o Plano de Opção e respectivo Programa.

Por fim, cabe mencionarmos que o prazo de vigência do Plano de Opção é indeterminado, podendo o mesmo ser extinto a qualquer tempo por decisão da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração da Companhia.

Programa 2011: As opções de compra de ações outorgadas nos termos do Programa 2011 poderão ser exercidas em 04 lotes condicionados a cumprimento de etapas dos projetos. Por meio de deliberação tomada em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 26 de junho de 2013, a outorga de novas opções de compra de ações da Companhia com base no Programa 2011 foi suspensa. Após o cumprimento das obrigações já assumidas pela Companhia decorrentes da aplicação do Programa 2011, ele se tornará cancelado de pleno direito e não produzirá efeitos perante seus beneficiários.

Programa 2013: As opções de compra de ações outorgadas nos termos do Programa 2013 poderão ser exercidas em quatro lotes anuais iguais, cada um equivalente a 25% do total das opções concedidas, a partir de um ano da data da assinatura dos Contratos de Outorga, por um prazo de 6 anos a contar da assinatura do respectivo Contrato de Outorga. Até a data deste Formulário de Referência, não houve outorga de opções de compra de ações no âmbito do referido Programa 2013. A Reunião do Conselho de Administração, realizada em 26 de junho de 2013, aprovou o Programa 2013 e estabeleceu que ele deverá ser aplicado a todas as novas outorgas de opção de compra de ações aos beneficiários eleitos por deliberação do Conselho de Administração.

b. Principais objetivos do plano

O Plano de Opção tem como principal objetivo atrair e reter profissionais qualificados e estimular a expansão e a consecução dos objetivos sociais da Companhia, alinhando interesses de seus acionistas e administradores. Aplicável aos Programas 2011 e 2013.

c. Forma como o plano contribui para esses objetivos

O Plano de Opção contribui para esses objetivos alinhando interesses de administradores, Companhia e seus acionistas. Atribui aos administradores remuneração variável atrelada à criação de valor e à expansão da capacidade instalada da Companhia. Aplicável aos Programas 2011 e 2013.

d. Como o plano se insere na política de remuneração da Companhia

O Plano de Opção possibilita que administradores se tornem sócios em condições diferenciadas, dessa forma constitui instrumento de incentivo para o comprometimento dos administradores da

Companhia com o futuro dessa e a geração de valor, estimulando o cumprimento das metas determinadas pelo Conselho de Administração. Atinge-se, ainda, por meio desse modelo, o compartilhamento dos riscos e dos ganhos da Companhia, mediante a valorização das ações adquiridas. O plano de remuneração baseado em opções de compra de ações privilegia a meritocracia e as metas estabelecidas pelo Conselho de Administração. Aplicável aos Programas 2011 e 2013.

e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo

O Plano de Opção alinha os interesses de administradores, Companhia e acionistas pela atribuição de remuneração aos administradores de acordo com a criação de valor e a expansão da capacidade instalada da Companhia. Por meio do Plano de Opção, incentivamos a permanência dos executivos da Companhia em seus respectivos cargos e o comprometimento com resultados de longo prazo, para que tais resultados possam se reverter em favor desses administradores em forma de remuneração variável. Com a possibilidade de acordo com a sua *performance*, a Companhia passa a ter recursos para manter executivos qualificados e comprometidos com a Companhia e com o seu desenvolvimento. Aplicável aos Programas 2011 e 2013.

f. Número máximo de ações abrangidas

O Plano de Opção pode abranger até 5% das ações de emissão da Companhia. Aplicável aos Programas 2011 e 2013.

g. Número máximo de opções a serem outorgadas

Desde que respeitado o número máximo de ações abrangidas pelo Plano de Opção, não há número máximo de opções a serem outorgadas. Aplicável aos Programas 2011 e 2013.

h. Condições de aquisição de ações

No Programa 2011, as condições para aquisição de ações são definidas pelo Conselho de Administração quando da assinatura do Contrato de Outorga com o respectivo participante. Os beneficiários estarão sujeitos às regras restritivas ao uso de informações privilegiadas aplicáveis às companhias abertas.

No Programa 2013, a opção poderá ser exercida total ou parcialmente durante o prazo e nos períodos fixados em cada Contrato de Outorga. Se a opção for exercida parcialmente, o titular da opção poderá exercer o remanescente dos direitos decorrentes do Contrato de Outorga dentro dos prazos e nas condições estipuladas neles, ressalvadas as hipóteses previstas no Plano de Opção. Os beneficiários estarão sujeitos às regras restritivas ao uso de informações privilegiadas aplicáveis às companhias abertas. Até a data deste Formulário de Referência, não houve outorga de opções de compra de ações no âmbito do referido Programa 2013.

i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

No Programa 2011, as opções já outorgadas tiveram seu preço de exercício fixado com base no patrimônio líquido contábil da Companhia em 31 de dezembro de 2008. As condições para exercício das opções são definidas pelo Conselho de Administração quando da assinatura do Contrato de Outorga com o respectivo participante.

No Programa 2013, as opções a serem outorgadas terão seu preço de exercício fixado com base na média, ponderada por volume de negócios, da cotação da ação da Companhia nos últimos 30 pregões

anteriores ao da outorga, a ser corrigido por inflação até a data de exercício das opções de compra de ações.

j. Critérios para fixação do prazo de exercício

No Programa 2011, o prazo de exercício é definido pelo Conselho de Administração quando da assinatura do Contrato de Outorga com o respectivo participante.

No Programa 2013, o prazo de exercício é sempre o prazo máximo previsto para o Programa 2013.

k. Forma de liquidação

A liquidação é feita à vista, no ato da aquisição ou na forma determinada pelo Conselho de Administração para cada Contrato de Outorga, preferencialmente em dinheiro, podendo o Conselho de Administração, ao seu exclusivo critério, estabelecer nos respectivos Contratos de Outorga outras formas, condições e prazos de pagamento. Aplicável aos Programas 2011 e 2013.

l. Restrições à transferência das ações

O beneficiário só poderá vender, locar, transferir, onerar ou, de qualquer forma, alienar as ações da Companhia adquiridas no âmbito do Plano de Opção, desde que sejam respeitadas todas as condições previstas no Contrato de Outorga, no Plano de Opção, na Política de Negociação de Valores Mobiliários e na legislação e regulamentação aplicáveis.

m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Conselho de Administração da Companhia poderá, a qualquer tempo, alterar ou extinguir o Plano de Opção ou ainda estabelecer a regulamentação aplicável aos casos omissos.

n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Exceto na hipótese de desligamento do administrador por justa causa:

(i) em caso de desligamento por iniciativa do participante, o participante perderá, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, todas as opções que lhe tenham sido concedidas e que ainda não sejam exercíveis na data do desligamento; e

(ii) o participante poderá exercer as opções que forem exercíveis na data do desligamento, exclusivamente no prazo de 1 (um) ano contado da data do desligamento, mediante entrega de comunicação por escrito.

Na hipótese de o desligamento ter ocorrido por iniciativa da Companhia e tiver sido sem justa causa, o participante terá direito a exercer parte das opções que já lhe tenham sido outorgadas, em proporção a ser determinada de acordo com deliberação do Conselho de Administração.

Nas hipóteses de desligamento do participante da companhia, as opções outorgadas nos termos do Plano de Opção voltarão a estar disponíveis para outorga a outros participantes, nos termos do Plano de Opção.

No caso de falecimento ou invalidez permanente, o participante:

(i) perderá imediatamente as opções outorgadas, mas que ainda não forem exercíveis na data do falecimento ou da verificação da invalidez permanente, voltando tais opções a estar novamente disponíveis para outorga sob os termos e condições do Plano de Opção; e

(ii) as opções que já forem exercíveis na data do falecimento ou da invalidez permanente do participante poderão ser exercidas pelos herdeiros ou sucessores do participante, por sucessão legal ou por disposição testamentária, ou pelo inventariante, no caso de morte do participante, ou pelo próprio participante, no caso de invalidez permanente, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da morte do participante ou da regular constatação, nos termos da legislação aplicável, do seu estado de invalidez permanente.

No caso de aposentadoria do participante, o Conselho de Administração decidirá caso a caso o tratamento que será dado às opções já outorgadas, mas ainda não exercíveis. Já as opções que forem exercíveis na data da aposentadoria do participante poderão ser exercidas no prazo a ser determinado pelo Conselho de Administração.

As regras descritas acima são aplicáveis aos Programas 2011 e 2013.

Além dessas regras gerais disciplinadas pelo Plano de Opção, os contratos de cada participante podem prever algumas situações específicas, conforme determinado pelo Conselho de Administração.

13.5. Ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:

A tabela abaixo indica a quantidade de ações detidas diretamente pelos Conselheiros e Diretores da Companhia, e o percentual que suas participações individuais representam na quantidade total de ações emitidas, em 31 de dezembro de 2014:

Órgão	Quantidade de Ações em 31/12/2014			
	ON	% ON	PN	% PN
Conselho de Administração	3.051.571	0,96%	6.102.342	1,92%
Diretoria	272.463	0,09%	544.921	0,17%

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Em relação ao Programa 2011

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2015)

Diretoria Estatutária	
Nº de membros de tiveram opções outorgadas	3
Data da outorga	Não definida
Quantidade de opções outorgadas	19.510 units
Prazo para que as opções tornem exercíveis	Imediato após a outorga
Prazo máximo para exercício das opções	n/a
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a
Prazo médio ponderado de exercício:	

(a) Das opções em aberto do início do exercício social	n/a
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	n/a
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	R\$0,34/unit
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	n/a
Valor justo das opções na data outorgada	R\$0,34/unit
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,00%
* Este item do Formulário de Referência poderá vir a ser alterado em função das outorgas de opções de compra de ações realizadas mediante deliberação do Conselho de Administração	

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social encerrado (2014)

Diretoria Estatutária		
N° de membros de tiveram opções outorgadas	2	3
Data da outorga	01/05/2013	01/10/2014
Quantidade de opções outorgadas	15.451 units	20.553 units
Prazo para que as opções tornem exercíveis	Imediato após a outorga	Imediato após a outorga
Prazo máximo para exercício das opções	n/a	n/a
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a
Prazo médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto do início do exercício social	n/a	n/a
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	n/a	n/a
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	R\$0,34/unit	R\$0,34/unit
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	n/a	n/a
Valor justo das opções na data outorgada	R\$0,34/unit	R\$0,34/unit
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,00%	0,00%
		* Este item do Formulário de Referência poderá vir a ser alterado em função das outorgas de opções de compra de ações realizadas mediante deliberação do Conselho de Administração

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013:

Diretoria Estatutária				
N° de membros de tiveram opções outorgadas	3	5	4	5
Data da outorga	30/04/2013	31/05/2013	31/08/2013	31/10/2013
Quantidade de opções outorgadas	20.758 units	45.178 units	151.740 units	33.996 units
Prazo para que as opções tornem exercíveis	Imediato a após a outorga	Imediato após outorga	Imediato após outorga	Imediato após outorga
Prazo máximo para exercício das opções	n/a	n/a	n/a	n/a
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a	n/a	n/a
Prazo médio ponderado de exercício:				
(a) Das opções em aberto do início do exercício social	n/a	n/a	n/a	n/a
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	n/a	n/a	n/a	n/a
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	R\$0,34/unit	R\$0,34/unit	R\$0,34/unit	R\$0,34/unit
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor justo das opções na data outorgada	R\$0,34/unit	R\$0,34/unit	R\$0,34/unit	R\$0,34/unit
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
*Não haverá opções a serem outorgadas a membros do Conselho de Administração				

Em relação ao Programa 2011

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013:

Diretoria Estatutária				
N° de membros de tiveram opções outorgadas	3	5	4	5
Data da outorga	30/04/2013	31/05/2013	31/08/2013	31/10/2013
Quantidade de opções outorgadas	20.758 units	45.178 units	151.740 units	33.996 units
Prazo para que as opções tornem exercíveis	Imediato a após a outorga	Imediato após outorga	Imediato após outorga	Imediato após outorga
Prazo máximo para exercício das opções	n/a	n/a	n/a	n/a
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a	n/a	n/a
Prazo médio ponderado de exercício:				

(a) Das opções em aberto do início do exercício social	n/a	n/a	n/a	n/a
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	n/a	n/a	n/a	n/a
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	R\$0,34/unit	R\$0,34/unit	R\$0,34/unit	R\$0,34/unit
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor justo das opções na data outorgada	R\$0,34/unit	R\$0,34/unit	R\$0,34/unit	R\$0,34/unit
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

*Não haverá opções a serem outorgadas a membros do Conselho de Administração

Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012:

Diretoria Estatutária			
Nº de membros de tiveram opções outorgadas	1	1	3
Data da outorga	26/01/2012	01/03/2012	30/05/2012
Quantidade de opções outorgadas	22.890	54.000 units	3.144 units
Prado para que as opções tornem exercíveis	Imediato após a outorga	10.000 units em 01/03/2012 e 5.500 units do restante (44.000) a cada 6 meses a partir de 14.01.2012	Imediato após outorga
Prazo máximo para exercício das opções	n/a	n/a	n/a
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a	n/a
Prazo médio ponderado de exercício:			
(a) Das opções em aberto do início do exercício social	n/a	n/a	n/a
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	n/a	n/a	n/a
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	R\$0,34/unit	R\$0,34/unit	R\$0,34/unit
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	n/a	n/a	n/a
Valor justo das opções na data outorgada	R\$0,34/unit	R\$0,34/unit	R\$0,34/unit
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,00%	0,00%	0,00%
*Não haverá opções a serem outorgadas a membros do Conselho de Administração			

Em relação ao Programa 2013

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2015)

Diretoria Estatutária	
Nº de membros de tiveram opções outorgadas	2
Data da outorga	A definir
Quantidade de opções outorgadas	16.305 units
Prazo para que as opções tornem exercíveis	12 meses
Prazo máximo para exercício das opções	72 meses
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a
Preço médio ponderado de exercício:	
(a) Das opções em aberto do início do exercício social	n/a
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	n/a
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	n/a
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	n/a
Valor justo das opções na data outorgada	R\$40,52/unit
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,021%

* Este item do Formulário de Referência poderá vir a ser alterado em função das outorgas de opções de compra de ações realizadas mediante deliberação do Conselho de Administração

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014:

Diretoria Estatutária	
Nº de membros de tiveram opções outorgadas	1
Data da outorga	19/12/2014
Quantidade de opções outorgadas	7.763 units
Prazo para que as opções tornem exercíveis	12 meses
Prazo máximo para exercício das opções	72 meses
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a
Preço médio ponderado de exercício:	
(a) Das opções em aberto do início do exercício social	n/a
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	n/a
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	n/a
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	n/a
Valor justo das opções na data outorgada	R\$39,52/unit
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,010%

*Não haverá opções a serem outorgadas a membros do Conselho de Administração

13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014

Diretoria Estatutária	
Nº de membros	1
Opções ainda não exercíveis	
Quantidade	17.400 units
Data em que se tornarão exercíveis	a cada 6 meses a partir de 2 de janeiro de 2015
Prazo máximo para exercício das opções	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A
Preço médio ponderado de exercício	R\$0,34/unit
Valor justo das opções no último dia do exercício social	R\$36,52 /unit
Opções exercíveis	
Quantidade	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	N/A

13.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais: (a) órgão; (b) número de membros; (c) em relação as opções exercidas: (i) número de ações; (ii) preço médio ponderado de exercício; e (iii) valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas; (d) em relação às ações entregues informar: (I) número de ações; (II) preço médio ponderado de aquisição; e (III) valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas.

Opções exercidas – exercício social encerrado em 31/12/2014

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	--	4,42
Opções exercidas	--	
Número de ações	--	29.610 ONs 59.220 PNs
Preço médio ponderado de exercício	--	R\$0,34/ unit
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	--	R\$38,55
Ações entregues	--	
Número de ações entregues	--	29.610 ONs 59.220 PNs
Preço médio ponderado de aquisição	--	R\$0,34/ unit

Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	--	R\$38,55
--	----	----------

Opções exercidas – exercício social encerrado em 31/12/2013

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	--	4,75
Opções exercidas	--	
Número de ações	--	196.092 ONs 392.184 PNs
Preço médio ponderado de exercício	--	R\$0,34/ unit
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	--	R\$37,30
Ações entregues	--	
Número de ações entregues	--	196.092 ONs 392.184 PNs
Preço médio ponderado de aquisição	--	R\$0,34/ unit
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	--	R\$37,30

Opções exercidas – exercício social encerrado em 31/12/2012

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	--	5
Opções exercidas	--	
Número de ações	--	106.847 ONs 213.694 PNs
Preço médio ponderado de exercício	--	R\$0,34/ unit
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	--	R\$31,45
Ações entregues	--	

13.9. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções: (a) modelo de precificação; (b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco; (c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados do exercício antecipado; (d) forma de determinação da volatilidade esperada; (e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo.

A Companhia não utiliza modelos de precificação para as opções de compra de ações. Vide item 13.4.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

A Companhia não oferece planos de previdência aos membros do conselho de administração ou aos diretores estatutários.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012
Nº de membros	4,42	4,75	4,92	16,75	13,25	12,25
Valor da maior remuneração(Reais)	1.167.413,88	2.629.631,45	1.223.553,66	0	70.000,00	118.000,00
Valor da menor remuneração(Reais)	840.329,82	1.374.152,10	1.866,00	0	44.000,00	96.000,00
Valor médio da remuneração(Reais)	946.553,10	2.002.429,32	456.624,21	0	57.000,00	107.000,00

Observação

Diretoria Estatutária

Conselho de Administração	
31/12/2014	Valores de 31/12/2014 referentes a todos os pagamentos ocorridos na competência 2014, incluindo bônus pago em março de 2014 referente a performance de 2013
31/12/2013	Somente dois membros do conselho de administração da Companhia são remunerados.
31/12/2011	Para calcular o valor médio da remuneração, a Companhia considerou somente 2 membros, visto que os demais não são remunerados.

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

A Companhia não possui arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de

destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Órgão	dez/14	dez/13	dez/12
Diretoria Estatutária	100%	99%	95%
Conselho de Administração*	0%	1%	5%
Conselho Fiscal	-	-	-

* Os membros independentes da Companhia são os únicos membros do Conselho de Administração que são remunerados.

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não existem valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Não existem valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia.

13.16 – Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

ANEXO IV

Informações sobre Membros do Conselho de Administração da Companhia indicados para eleição (conforme itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência)

12.6 Informações sobre Membros do Conselho de Administração da Companhia indicados para eleição.

<u>Nome</u>	<u>Idade</u>	<u>Profissão</u>	<u>CPF/MF</u>	<u>Cargo eletivo ocupado</u>	<u>Data de Eleição</u>	<u>Data de Posse</u>	<u>Prazo do Mandato</u>	<u>Outros cargos ou funções exercidos no emissor</u>	<u>Indicação se foi eleito pelo Controladores ou não</u>
Thiago Montenegro Henry	31	Economista	330.127.54 8-65	Membro Suplente do Conselho de Administração	30.04.2015	30.04.2015	2 anos a partir de 20/03/14 (Mandato em curso)	Não	Sim
Evandro Leite Vasconcelos	58	Engenheiro Civil	251.704.14 6-68	Membro Efetivo do Conselho de Administração	30.04.2015	30.04.2015	2 anos a partir de 20/03/14 (Mandato em curso)	Comitê de Gestão, Comitê de Novas Tecnologias e Prospecção e Comitê de	Sim

<u>Nome</u>	<u>Idade</u>	<u>Profissão</u>	<u>CPF/MF</u>	<u>Cargo eletivo ocupado</u>	<u>Data de Eleição</u>	<u>Data de Posse</u>	<u>Prazo do Mandato</u>	<u>Outros cargos ou funções exercidos no emissor</u>	<u>Indicação se foi eleito pelo Controladores ou não</u>
								Engenharia e Operação	
Marcelo Pereira de Carvalho	45	Economista	720.444.11 6-87	Membro Suplente do Conselho de Administração	30.04.2015	30.04.2015	2 anos a partir de 20/03/14 (Mandato em curso)	Não	Sim
Fellipe Fernandes Goulart dos Santos	34	Engenheiro	013.455.47 6-09	Membro Suplente do Conselho de Administração	30.04.2015	30.04.2015	2 anos a partir de 20/03/14 (Mandato em curso)	Não	Sim

12.7. Membros dos Comitês Estatutários, Comitês de Auditoria, Comitês de Risco, Comitês Financeiro e Comitê de Remuneração:

O Sr. Evandro Leite Vasconcelos é membro do Comitê de Gestão, Comitê de Novas Tecnologias e Prospeção e Comitê de Engenharia e Operação da Companhia.

12.8. Administradores e Membros do Conselho Fiscal:

a) currículos, incluindo: (i) principais experiências profissionais durante os últimos cinco anos, indicando: nome da empresa, cargo e funções inerentes ao cargo, atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram destacando as sociedades ou organizações que integram (I) o grupo econômico da companhia, ou (II) de sócios com participação direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia; (ii) indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenham ocupado em companhias abertas.

Currículo dos membros do Conselho de Administração indicados para eleição:

1. EVANDRO LEITE VASCONCELOS:

Engenheiro civil, formado pela Universidade Federal de Minas Gerais, mestre em engenharia de recursos hídricos pela COPPE/UFRJ (1989) e MBA em gestão empresarial pela Fundação Getúlio Vargas-FGV. Foi professor de física do Sistema Pitágoras de Ensino e professor de Hidrologia no curso de Engenharia Civil do Instituto Politécnico da PUC-Minas. Trabalhou na Cemig de 1983 a 2010, ocupando a Gerência da Divisão de Hidrometeorologia Operacional e também a do Departamento de Planejamento Energético, foi Superintendente de Coordenação de Geração e Transmissão e também Superintendente de Transmissão, Superintendente de Geração, Superintendente de Planejamento e Operação de Geração e Transmissão. Foi Diretor de Geração e Diretor-Presidente da Empresa Rosal Energia S.A., empresa subsidiária da CEMIG e Diretor de Energia da Light S.A.

2. MARCELO PEREIRA DE CARVALHO:

Economista, formado pela Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES. Em 2002 concluiu MBA em Gestão de Micro e Pequena Empresa pela Universidade Federal de Lavras – UFLA, e em 2012 o MBA em Gestão Financeira, Controladoria e Auditoria pela Fundação Getúlio Vargas. Atua na CEMIG desde 1987, onde iniciou sua vida profissional como técnico de operação de estações. Desde então exerceu diversas funções, sendo hoje analista de procedimentos institucionais e regulatórios e analista econômico financeiro. Participou de programas de treinamento executivo, dentre os quais o Curso de Regulação e Negócios no setor de energia elétrica da Fundação Getúlio Vargas em 2007 e Conselheiro de Administração pelo IBGC em 2010.

3. FELLIPE FERNANDES GOULART DOS SANTOS:

Mestre em Engenharia Elétrica, na área de Otimização, pela Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG (Gerenciamento de riscos: Otimização multiobjetivo e análise de portfólio de compra e venda de energia), em 2013. Ingressou na CEMIG em 2006 atuando, até a presente data, na área de

Planejamento da Comercialização e Análise de Risco de Energia do “Grupo Cemig”, executando análises para avaliar as negociações de compra e venda de energia elétrica do “Grupo Cemig” e dando suporte nas análises de aquisição de ativos. Publicou diversos artigos em seminários nacionais, ganhando prêmios e um convite para uma publicação internacional.

4. THIAGO MONTENEGRO HENRY:

Economista formado pela Université de Versailles na França e mestre em economia e meio ambiente pela mesma Universidade. Atuou no International Finance Corporation (World Bank Group) de São Paulo como analista de investimento/crédito e consultor de crédito. No Instituto PNBE de Desenvolvimento Social de São Paulo foi gestor do projeto “Bióleo”. Coursou na Saint Paul Escola de Negócios-São Paulo/Brasil o Investment Banking Course; o Equity Fundamentals Course – IFC | World Bank, São Paulo – Brasil e o Credit Training Course – IFC | World Bank, Maryland – USA.

b) Ocorrência de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 cinco anos: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nenhuma ocorrência com relação aos pontos supracitados.

12.9 – Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até segundo grau entre: (a) administradores do emissor; (b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor; (c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor; (d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor.

Nenhuma relação conjugal, união estável ou parentesco com Administradores, com relação aos pontos acima.

12.10 – Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas nos últimos 3 exercícios sociais entre administradores do emissor e (a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor; (b) controlador direto ou indireto do emissor; e (c) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas:

1. Evandro Leite Vasconcelos é Diretor Comercial da CEMIG.
2. Marcelo Pereira de Carvalho é funcionário na CEMIG.
3. Felipe Fernandes Goulart dos Santos é funcionário da CEMIG.
4. Thiago Montenegro Henry é funcionário de uma subsidiária integral da RR Participações S.A.